

DocuSign Envelope ID: 1EA23FA1-A97F-417A-BE8F-0C020289664B



UN Development Programme

Brazil - Brasilia

Project: 914451 - 00143296 (Atlas 00131312)

Project Title: BRA/20/003 – Processo Judicial Eletrônico -PJE

Start Year: 2020

End Year: 2026

Implementing Partner: UNDP

Responsible Parties: UNDP
BRA-Fund Nri Rio Grnd Pesq Clt
BRA- Fundação Edson Queiroz

Revision Type: Substantive Revision 2 (131209 - 914451 - Version 6 Quantum)
Substantive Revision 2 (124410 - 143296 - Version 5 Quantum)

Budget (US\$) as of Last Revision on		
Donor	Fund	Amount
BRA-CNJ	30071 Programme cost sharing - GOV1	56,695,304.36
Total Budget (2023 and Beyond)		54,890,480.78
Total Utilization (2022 and Prior)		1,804,823.58
Project Total		56,695,304.36
Unprogrammed/Unfunded		47,441,033.35

Project Description:

Esta Revisão Substantiva tem o objetivo de:

- Ampliar a vigência do projeto em 24 meses, de maneira a possibilitar o pleno alcance dos resultados previstos no projeto, prorrogando sua vigência até 31/12/2026;
- Ajustar a estratégia de implementação do projeto e a Estrutura Lógica do projeto, por meio das seguintes alterações:
 - i. Ajustar a redação das atividades 1.5, 1.7, e 1.13;
 - ii. Incluir as novas atividades 1.16, 1.17, 1.18 e 2.12;
 - iii. Adicionar os Produtos 4, "Modelo da refatoração de sistemas digitais do Poder Judiciário para modularização" incluindo as atividades 4.1, 4.2, e 4.3; e Produto 5, "Estratégia de automação e desenvolvimento de sistemas que direta ou indiretamente envolvam execuções concebidas e avaliadas", incluindo as atividades 5.1, 5.2, 5.3, 5.4, 5.5, 5.6, 5.7, 5.8, 5.9, 5.10 e 5.11;
 - iv. Ajustar as metas e plano de trabalho do projeto, em linha com a nova vigência prevista e com a inclusão do novo produto e novas atividades.
- Aumentar o orçamento do projeto em USD 47,441,033.35 (quarenta e sete milhões, quatrocentos e quarenta e um mil e trinta e três dólares e trinta e cinco centavos);

Agreed by: Bruno Cesar de Oliveira Lopes - Diretor-Geral Substituto do CMJ

Agreed by: Agência Brasileira de Cooperação - ABC/MRE

Agreed by: Carlos Arboleda - Representante Residente Adjunto – PNUD/Brasil

Agreed by: Data 11-Dec-2023

DocuSigned by:

Carlos Arboleda

B21737297C3441F...

DocuSigned by:

Bruno Cesar de Oliveira Lopes

CBF025B1924AAFF...

Ruy Pereira
Diretor
Agência Brasileira de Cooperação - ABC
08/12/2023

DS
MMB

DS
M



Revisão Substantiva II

Título do Projeto: Aprimoramento da eficiência, da efetividade e da transparência do sistema Processo Judicial Eletrônico – PJe.

Número do Projeto: BRA/20/003

Agência Executora: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD)

Parceiro Nacional: Conselho Nacional de Justiça (CNJ)

Data Início: 10/12/2020

Data Término (original): 31/12/24

Nova data de término: 31/12/2026

A presente revisão substantiva tem por finalidade:

- Ampliar a vigência do projeto em 24 meses, de maneira a possibilitar o pleno alcance dos resultados previstos no projeto;
- Ajustar a estratégia de implementação do projeto e a Estrutura Lógica do projeto, por meio das seguintes alterações:
 - i. Ajustar a redação das atividades 1.5, 1.7, e 1.13;
 - ii. Incluir as novas atividades 1.16, 1.17, 1.18 e 2.12;
 - iii. Adicionar os Produtos 4, “Modelo da refatoração de sistemas digitais do Poder Judiciário para modularização” incluindo as atividades 4.1, 4.2, e 4.3; e Produto 5, “Estratégia de automação e desenvolvimento de sistemas que direta ou indiretamente envolvam execuções concebidas e avaliadas”, incluindo as atividades 5.1, 5.2, 5.3, 5.4, 5.5, 5.6, 5.7, 5.8, 5.9, 5.10 e 5.11;
 - iv. Ajustar as metas e plano de trabalho do projeto, em linha com a nova vigência prevista e com a inclusão do novo produto e novas atividades.
- Aumentar o orçamento do projeto em USD 47,441,033.35 (quarenta e sete milhões, quatrocentos e quarenta e um mil e trinta e três dólares e trinta e cinco centavos), equivalentes a R\$ 230,563,422.07 (duzentos e trinta milhões, quinhentos e sessenta e três mil, quatrocentos e vinte e dois reais e sete centavos), , na cotação do dólar pela Organização das Nações Unidas, referente a setembro de 2023, no valor R\$ 4.86 (quatro reais e oitenta e seis centavos), e redistribuir o orçamento disponível no projeto.

Seção 1. Apresentação dos avanços do projeto



1.1 Breve histórico do projeto

O processo de inovação e transformação digital do Poder Judiciário é uma das prioridades do Conselho Nacional de Justiça, tendo como pilar central a visão de aumento da eficiência com inclusão social a partir do acesso pleno de cada cidadão ao Judiciário. O projeto BRA/20/003 é uma das parcerias estabelecidas pela instituição com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e a Agência Brasileira de Cooperação (ABC/MRE), assinado em dezembro de 2020, que tem por objeto desenvolver estratégias, estudos, metodologias e ações com o foco na promoção da inovação e transformação digital para ampliação do acesso à Justiça no Brasil.

As ações implementadas visam o aprimoramento da efetividade e transparência das políticas de transformação digital do processo judicial, contribuindo para a desburocratização do Poder Judiciário, para o fortalecimento das estruturas de governança e para ganhos de eficiência.

Segundo o relatório Justiça em números de 2022, o Poder Judiciário contava com 77 milhões de processos pendentes de baixa no final de 2021, sendo que mais da metade desses processos (53,3%) se referia à fase de execução. O 1º grau de jurisdição tende a possuir as maiores cargas de trabalho e produtividade por magistrado ou magistrada e por servidor ou servidora. A 1ª instância ou 1º grau são as varas ou seções que atuam como porta de entrada do Judiciário, que em 2020 contava com uma taxa de congestionamento de 75% e em média 6.679 processos por juiz. Em 2021, ainda segundo o Justiça em números de 2022, houve redução na taxa de congestionamento de 1,6 ponto percentual, finalizando o ano com um congestionamento mensurado em 74,2%. Anualmente, segundo os dados de 2020, cada juiz de 1º grau resolve 1.634 processos, e cada servidor ou servidora resolve 138. No 1º grau, o estoque equivale a 3,3 vezes o quantitativo de casos novos acumulados em um ano.

Mais de 150 milhões de processos em formato eletrônico foram protocolados na Justiça brasileira de 2009 a 2021. É notória a curva de crescimento do percentual de novos casos eletrônicos, sendo que, no último ano analisado pelo CNJ, o aumento foi de 6,6% (Relatório Justiça em Números 2021). Durante o ano de 2021, apenas 2,8% do total de novos processos ingressou fisicamente. Em apenas um ano, entraram 27 milhões de casos novos eletrônicos (Relatório Justiça em Números 2022). **Diante desse contexto a equipe do projeto BRA/20/003 trabalha para gerar inovações tecnológicas capazes de promover maior celeridade à prestação jurisdicional e reduzir despesas orçamentárias decorrentes desse serviço público.** A Justiça digital gera o incremento da governança, da transparência e da eficiência do Poder Judiciário, favorecendo toda a população e aumentando o acesso à Justiça.

O projeto se encontra em pleno desenvolvimento de seus produtos, ostentando resultados relevantes sob o ponto de vista do planejamento e de entregas intermediárias. Até o momento é possível afirmar que os resultados alcançados têm impactado institucional e positivamente o Conselho Nacional de Justiça, o Conselho da Justiça Federal e a Justiça Brasileira, por serem seus beneficiários



primários, bem como os cidadãos e cidadãs, que se beneficiam diretamente da virtualização e otimização do uso e processamento de dados da Justiça

1.2. Principais avanços obtidos

Ao longo da implementação do projeto, foram realizados avanços nos diferentes produtos previstos, como detalhado no quadro de progresso a seguir. Dentre as ações vigentes e objetivos dos eixos do projeto, se encontram atualmente em curso contratações e outras estratégias focadas em viabilizar o pleno atingimento dessas metas. Algumas das atividades em desenvolvimento no projeto se destacam, conforme descrito a seguir:

- a. **Diagnóstico das políticas locais de utilização do PJe** em conjunto com o diagnóstico da conjuntura tecnológica dos órgãos da Justiça. As informações levantadas apoiaram a elaboração de planos de ação para a integração desses órgãos às iniciativas vinculadas ao projeto BRA/20/003: Justiça 4.0 e Plataforma Digital do Poder Judiciário (PDPJ-Br). Todos os tribunais, com exceção do TRF-6 (instituído em agosto de 2022), já concluíram o processo de diagnóstico e contam com plano de ação pronto e em monitoramento, incluindo os 27 Tribunais Estaduais, 27 Tribunais Eleitorais, 5 Tribunais Federais, 24 Tribunais do Trabalho, 4 Tribunais Superiores, 3 Tribunais Militares.
- b. Em 2021, o projeto BRA/20/003 definiu a **metodologia para monitorar a implementação do Programa Justiça 4.0 nos tribunais**, elaborada com base nos diagnósticos de suas realidades e necessidades tecnológicas. Avanços realizados até o primeiro semestre de 2023:
 - 90 (noventa) tribunais foram diagnosticados, o que propiciou um maior conhecimento sobre suas realidades tecnológicas e necessidades para se integrarem à PDPJ-Br, ao projeto BRA/20/003, e ao Programa Justiça 4.0.
 - 90 (noventa) planos de ação de tribunais, bem como do Tribunal Superior Eleitoral, do Tribunal Superior do Trabalho e do Superior Tribunal de Justiça foram elaborados em sua versão preliminar.
 - Até agosto de 2023, já foram realizados 14 ciclos de monitoramento, abrangendo centenas de reuniões de acompanhamento, realizadas junto aos 90 (noventa) tribunais.
- c. Lançada em agosto de 2021, a **Plataforma Digital do Poder Judiciário (PDPJ-Br)**, tem como objetivo modernizar a plataforma do Processo Judicial Eletrônico (PJe) e transformá-la em um sistema multisserviço, que permita aos tribunais fazer adequações conforme suas necessidades, e que garanta, ao mesmo tempo, a unificação da tramitação eletrônica das ações judiciais no país, preservando os sistemas públicos utilizados pelos tribunais. Também possui como objetivo criar e disponibilizar o *marketplace* do Poder Judiciário. Desta forma, são mitigados os custos de



migração dos sistemas legados em favor do estabelecimento de um ambiente de trabalho colaborativo, comunitário e em rede do Judiciário, mediante tecnologia e metodologia definidas pelo CNJ, evitando a duplicação de iniciativas para atender às mesmas demandas. Destaca-se que as ferramentas e soluções inovadoras para a PDPJ-Br contam, ainda, com a elaboração de documentação de referência para auxiliar desenvolvedores de todos os órgãos do Poder Judiciário, bem como o suporte direto à entrada na plataforma e ao pleno uso dos Serviços Estruturantes já disponibilizados.

- d. Está sendo acompanhada a **integração de sistemas de processo judicial eletrônico à PDPJ-Br e ao Codex**, com base nos planos de ação elaborados pelos tribunais e por meio de ciclos periódicos de monitoramento. A integração está entre as potencialidades mais importantes da PDPJ-Br, aderindo ao conceito de governo como plataforma ao permitir que juízes e juízas, partes dos processos, advogados e advogadas trabalhem em um mesmo sistema, a partir de um único cadastro. Ademais, 90% dos tribunais estaduais e 83% dos tribunais militares já estão integrados a 3 dos 6 serviços estruturantes da PDPJ-Br (*Single Sign-On*, *Marketplace* e *Notificações*), promovendo a integração de todas as suas bases processuais dos sistemas eletrônicos em uso.
- e. Maior containerização do PJe, isto é, empacotamento do código para que sejam executadas todas as bibliotecas, frameworks e outras dependências necessárias a seu funcionamento de forma automatizada. Essa ação proporcionou a **simplificação da montagem de ambientes de desenvolvimento para equipes técnicas** que futuramente venham a trabalhar no desenvolvimento do PJe, facilitando o processo de aprendizagem, garantindo um processo de iniciação mais eficiente e apoiando tecnicamente o seu processo de modularização.
- f. Modernização do **módulo de acesso aos autos digitais do PJe**, preparando-o para adoção de arquitetura modular baseada em microsserviços, de forma a contribuir com a estabilização, evolução e melhoria de desempenho do sistema. Essa frente de trabalho busca contribuir, a partir da adoção da versão 2.1 do PJe, com a efetiva implementação da arquitetura baseada em microsserviços, visando estruturar o sistema em módulos ou submódulos que trazem escalabilidade (um sistema modularizado permite que as partes sejam escaladas de forma independente); resiliência (no caso de falha em um determinado serviço, os demais serviços tendem a sofrer menor impacto); facilidade no desenvolvimento, teste e implantação de cada serviço individualizado; flexibilidade tecnológica (cada serviço pode ser adotar uma tecnologia diferente, de acordo com necessidades específicas); maior disponibilidade e segurança (os serviços podem ser distribuídos em vários servidores, aumentando a disponibilidade do sistema); e maior adequação a infraestruturas em nuvem (a modularização é propícia para a escalabilidade horizontal, que envolve o acréscimo de capacidade de processamento por meio da adição de novos servidores). Desde o primeiro semestre de 2023, está sendo realizado o



- Diagnóstico Justiça 4.0 sobre a otimização dos processos de trabalho no Poder Judiciário em face de implementação das políticas tecnológicas do projeto BRA/20/003**, entre elas o Balcão Virtual, os Núcleos de Justiça 4.0 e o Juízo 100% Digital. Essa pesquisa tem o objetivo de gerar evidências sobre os impactos da implementação das políticas tecnológicas do projeto na criação de novos fluxos, processos e formas de trabalho nos tribunais, assim como medir resultados sobre seus efeitos na promoção da eficiência, efetividade e economicidade para o Poder Judiciário. Além disso, a pesquisa irá levantar as mudanças e boas práticas adotadas a partir da virtualização do modelo de trabalho no processo jurídico e administrativo dos tribunais. A aplicação nacional do diagnóstico foi precedida da realização de uma fase piloto, em que se testou a metodologia do estudo em três tribunais: Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região (TRT-14), Tribunal de Justiça do Estado do Amapá (TJAP) e Tribunal Regional Federal da 5ª Região (TRF-5). Na fase piloto foram aplicados no TRT-14, TJAP e TRF-5 dois questionários on-line: um de governança, direcionado à gestão destes tribunais; e um de percepção, direcionado ao corpo funcional dos tribunais (servidores, colaboradores e magistrados). Esses questionários se complementam e têm o propósito de subsidiar o estudo com informações e dados complementares que não estão disponíveis nos sistemas e nas bases de dados do CNJ.
- i. Desde setembro de 2022, o projeto tem desenvolvido um sistema que utiliza **processamento de linguagem natural e inteligência artificial para aprimoramento da atuação do Poder Judiciário no meio ambiente**. Foram realizados avanços na criação de mecanismos de obtenção de informações estratégicas para uso pelo Poder Judiciário na tomada de decisões na tutela do meio ambiente por meio do desenvolvimento de ferramentas baseadas em técnicas de Ciência de Dados e IA e que fossem capazes de utilizar *embeddings* contextuais na análise de textos jurídicos.
 - j. Em junho de 2023, o projeto participou do Fórum Internacional Justiça e Inovação (Fiji), evento em que foram apresentados seus os avanços do projeto na **área de Inteligência Artificial (IA)**. O evento teve como público-alvo magistrados, servidores do Poder Judiciário, advogados e estudantes de direito, buscando explorar a relação entre o direito e as inovações tecnológicas.

REALIZAÇÃO DOS RESULTADOS E PRODUTOS PREVISTOS NO PROJETO, CONFORME MATRIZ LÓGICA.		
PRODUTOS DO PROJETO	STATUS ATUAL DE ALCANCE DOS PRODUTOS VIS-A-VIS METAS ESTABELECIDAS	ANÁLISE DE PROGRESSO DOS PRODUTOS



Produto 1 - Estratégia de desenvolvimento de capacidades e disseminação nacional do Sistema de Processo Judicial Eletrônico (PJe) desenvolvida e avaliada	Em andamento	IMPLEMENTAÇÃO DE PLANOS DE AÇÃO PARA INGRESSO DOS TRIBUNAIS À PLATAFORMA DIGITAL DO PODER JUDICIÁRIO (PDPJ-Br) Concluída em julho de 2022 a primeira fase do projeto “Implantação dos Planos de Ação”, com o monitoramento dos 90 tribunais dos 6 segmentos da Justiça. Os planos de ação são matrizes de planejamento de referência para que as equipes de TI dos tribunais se comprometam com a execução de ações operacionais que pavimentam a sua integração ao projeto BRA/20/003, à PDPJ-Br e ao Programa Justiça 4.0. A fase 2 do monitoramento segue em curso para acompanhar a concretização de 100% das metas dos planos. Concluída a formulação dos planos de ação de 90 tribunais dos 6 segmentos da Justiça, compreendendo 14 ciclos que abrangeram centenas de reuniões de acompanhamento realizadas junto aos tribunais. O monitoramento dos planos de ação prossegue e as equipes atualizam os planos dos tribunais de acordo com as metas em andamento. INTEGRAÇÃO DE SISTEMAS DE PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO DOS TRIBUNAIS À PLATAFORMA DIGITAL DO PODER JUDICIÁRIO (PDPJ-Br) Está em andamento o monitoramento do processo de integração à PDPJ-Br dos sistemas processuais legados, por meio da assimilação de três de seus serviços estruturantes (<i>Single Sign-On</i>, <i>Marketplace</i> e <i>Notificações</i>) e da agregação ao Codex, J. São realizados ciclos periódicos pelas equipes técnicas do projeto e do Departamento de Tecnologia da Informação do CNJ, com base nos planos de ação elaborados pelos tribunais. A integração está entre as potencialidades mais importantes da PDPJ-Br, segundo o conceito de
---	----------------------------	---



		governo como plataforma, por meio da centralização da hospedagem dos principais sistemas eletrônicos processuais, bem como de outros serviços e módulos de interesse dos usuários envolvidos na administração da Justiça. Status da integração dos principais sistemas legados à PDPJ-Br (data-base, 18/07/2023): • eProc - 100% • Saj – 90% • Projudi – 75% • PJe Nacional – 80% Em 2023, concomitantemente com o monitoramento da integração à PDPJ-Br e Codex, foi iniciada uma 2ª fase de monitoramento com foco na usabilidade dos três serviços estruturantes e do Codex. Com base nos resultados, foram construídos dois painéis de monitoramento, atualizados após o encerramento de cada ciclo de monitoramento, disponíveis publicamente nos sítios eletrônicos do CNJ, sendo eles: • Painel de Monitoramento da Integração à PDPJ-BR https://app.powerbi.com/view?r=evJrIjoiMjA5YmQwMjYtY2QwYy00YmYzLTNmYmEtODg5YmUxZjJhNDg4liwidCI6ImFkOTE5MGU2LWM0NWQtNDYwMC1iYzVjLWVjYTU1NGNjZjQ5NyIsImMiOjJ9 • Fase 2 – Índice de integração da PDPJ-Br e do Codex https://paineisanalytics.cnj.jus.br/single/?appid=a26172e6-7bd3-40ef-bb74-538f0164ab4e&sheet=3679ac88-fcc5-
--	--	---



		4fe5-b936-c8d9209cad17&theme=horizon&lang=pt-BR&opt=ctxmenu,currsel A equipe PNQJ também construiu um painel para monitoramento das metas de implantação do Codex e da PDPJ-Br relacionadas à edição 2023 do Prêmio de Qualidade do CNJ. https://paineisanalytics.cnj.jus.br/single/?appid=0c80db70-54a8-4779-8c80-2adae58373c6&sheet=b3cd526f-0b5f-4eae-a879-6e8c6616d250&theme=horizon&lang=pt-BR&opt=ctxmenu,currsel SERVIÇOS ESTRUTURANTES DA PLATAFORMA DIGITAL DO PODER JUDICIÁRIO (PDPJ-Br) Em andamento seis serviços estruturantes da PDPJ-Br, que implementam funcionalidades que possibilitam a integração e interoperabilidade das soluções, mais o <i>marketplace</i>: • Autenticação (SSO – <i>Single Sign-On</i>): permite o acesso seguro e transparente a diferentes aplicativos mediante o mesmo cadastro; • Notificações: centraliza o recebimento de eventos gerados nos serviços e o envio de mensagens aos usuários e aos sistemas externos à PDPJ; • Tabelas Processuais Unificadas (TPU): padroniza e classifica as nomenclaturas utilizadas nos processos judiciais; • Pessoas e Endereços: fornece dados de pessoas ligadas aos processos judiciais de forma integrada com a Receita Federal; • Cabeçalho Processual: permite acesso aos dados básicos dos processos (número, órgão julgador e partes);
--	--	--



		• Organizacional: organograma do Judiciário que permite o entendimento das hierarquias e relações entre os tribunais e auxilia na tramitação dos processos. Estágio dos trabalhos em 2023: - Notificações: Disponibilizada funcionalidade que permite a todos os usuários criar e personalizar <i>templates</i> de alertas e documentos para as notificações, bem como nova versão com melhorias de usabilidade e correções de leiaute. Encontra-se disponível também funcionalidade de acompanhamento das notificações efetivadas em eventos subscritos pelos administradores dos Tribunais. Está em andamento o teste para utilização do serviço de notificações para consumo de eventos por e-mail e mensageria móvel. - Autenticação: Realizada a integração ao gov.br. Implementadas melhorias no serviço, como a atualização da ferramenta <i>Keycloak</i> e a implementação da solução <i>hCaptcha</i>. - Pessoas e endereços: Está em produção a troca do serviço de consulta a dados da Receita Federal pelas tecnologias BCPF e BCNPJ. Encontra-se atualmente em fase de homologação uma nova versão do serviço com melhorias na parte de Pessoas Físicas (demanda oriunda da integração já utilizada por sistemas processuais, como o SEEU). - Cabeçalho Processual: Foi disponibilizada versão contendo melhorias relacionadas à ocultação das partes em processos trabalhistas, recuperação do órgão julgador, conforme tabela nacional e inclusão de atributo de identificação em cada fase processual. Em 20/01/2023, foi disponibilizada versão com melhorias na aplicação das regras de sigilo.
--	--	---



		- Tabelas Processuais Unificadas: Versão em produção atualizada, com a correção de erros oriundos da tentativa download completo das tabelas. Em homologação: nova versão com ativação de novo atributo de versão. - Organizacional: Está em produção funcionalidade que permite a automatização para recuperação da lista de sistemas integrados ao repositório central de autenticação. Encontra-se também disponível funcionalidade de pesquisa de perfis de usuário por sistema. - Marketplace: Atualizado para a versão com aplicação da nova identidade visual da PDPJ-Br, e diversas melhorias de usabilidade e acessibilidade. MNI 4.0 (MODELO NACIONAL DE INTEROPERABILIDADE) Está em estruturação o MNI nas versões 2.0 e 3.0, com reestruturação em suas APIs (<i>Application Programming Interfaces</i>), isto é, um conjunto de normas que possibilita a comunicação entre plataformas por meio de uma série de padrões e protocolos. A integração do MNI à PDPJ-Br garantirá sua integração ao Data Lake. O MNI 4.0 está sendo estruturado a partir das seguintes atividades: • Preparação do ambiente para o MNI 3.0, com o desenvolvimento de novos movimentos da versão e do <i>frontend</i>, além da elaboração de documentação e realização de testes. • Desenvolvida solução <i>backend</i> e documento negocial do Módulo de Tabelas de Apoio às Tabelas Processuais Unificadas – Assunto. • Disponibilizado dicionário de dados do Módulo de Cadastro e Edição de <i>Endpoints</i> do MNI.
--	--	--



		• Implementada funcionalidade com definição de perfil de acesso para a solução do MNI. PORTAL DE SERVIÇOS UNIFICADOS Está em desenvolvimento o Portal de Serviços, a partir de acordo firmado com o Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJRJ) para integração à PDPJ-Br, concentrando serviços frequentemente utilizados pelos operadores do direito e pelos cidadãos em uma ferramenta única e disponível para todos os tribunais, via internet e aplicativos móveis. Esses serviços são essenciais para a promoção da celeridade processual, como Consulta Processual, Peticionamento, Citação e Intimação, entre outros. Os seguintes módulos funcionais estão em desenvolvimento: • Consulta Processual: consulta por número do processo, por nome das partes e por número da OAB) • Peticionamento intercorrente: permite inserção de novas peças processuais • Peticionamento inicial: permite o protocolo e a abertura de novos processos • Acervo do usuário: processos judiciais e notas de expediente • Autos digitais • Autenticação integrada ao SSO da PDPJ-Br • Notificações <i>push</i> • Dívida ativa DOMICÍLIO JUDICIAL ELETRÔNICO
--	--	---



		Concluída a primeira etapa de implantação do módulo de Domicílio Eletrônico, ambiente digital integrado ao Portal de Serviços, para a comunicação processual entre os órgãos do Poder Judiciário e os destinatários, partes ou não na relação processual. Foram entregues os seguintes serviços: • Módulo de cadastro de empresas e usuários, e revisão da estrutura e apoio às ações do usuário implementados pelo TJRJ, bem como inclusão de base de dados vinculada à Receita Federal • Mecanismos de integração entre os tribunais e o Domicílio Eletrônico • Mecanismos de integração entre as empresas e o Domicílio Eletrônico • Testes integrados e de performance, homologação e preparação para implantação • Monitoramento do ambiente de produção, desenvolvimento de melhorias e correções • Estruturação do serviço de notificação de empresas Concluídas as seguintes funcionalidades: • Pop-up de acesso ao inteiro teor da comunicação atualização do e-mail da coligada • E-mail de notificação de recebimento de comunicação processual • Log de auditoria • Atualização cadastral dos dados da Receita Federal • Cadastro em combo das filiais pela matriz
--	--	--



		• Matriz vincular filial • Vinculação de uma matriz à sua coligada Concluídas as seguintes atividades: • Integração de <i>front</i> e <i>back</i> do cadastro de matriz, filial, coligadas e comunicação processual • Testes de front das funcionalidades cadastrais de PJ (pessoa jurídica) e PF (pessoa física) em ambiente de homologação • Disponibilização de API que retorna ao tribunal o aceite da comunicação processual • Adequação do PJe para a realização do piloto • Definição e desenvolvimento do Log de negócio/auditoria • Criação da logomarca do sistema Os tribunais parceiros (TRT-9, TJMG, TJRJ e TJPB), que trabalham no piloto da ferramenta, estão fazendo testes no envio de comunicações processuais. Em fevereiro de 2023, foi iniciado o período para que bancos e demais instituições financeiras façam o cadastro no Domicílio Judicial Eletrônico e para que tribunais finalizem a integração ao sistema. Situação até julho de 2023: • Empresas cadastradas: 2434 empresas cadastradas, sendo 214 novas • Usuários cadastrados: 807 usuários de empresas, sendo 35 novos • Integração das empresas com APIs do Domicílio Eletrônico: • 8 empresas com APIs liberadas em produção
--	--	---



		• 1 empresa conectada em produção (Santander) • 25 empresas em homologação (entre elas CEF, Itaú e Nubank) • Tribunais com integração em andamento: Total: 33 tribunais • Federal (3): TRF-3 (PJe), TRF-4 (eproc) e TRF-5 (PJe) • Trabalho (3): TRT-9 (PJe JT), TRT-16 e TST (PJe JT) • Estaduais (23): • PJe e Projudi – TJBA • PJe - TJAP, TJCE, TJDF, TJES, TJMA, TJMG, TJMT, TJPA, TJPB, TJRN e TJRO • Projudi - TJAM, TJGO. TJPR e TJRR • SAJ – TJMS e TJSP • eproc – TJRS, TJSC e TRF4 • SCVP - TJSE • PJe, DCP e EJUD - TJRJ • Eleitoral (1): TSE (PJe) • Militar (3): TJMRS (eproc), TJMSP (PJe) e TJMMG (eproc) BANCO NACIONAL DE MONITORAMENTO DE PRISÕES (BNMP 3.0) Está em implementação a nova versão do BNMP, que tem por objetivo melhorar o acesso e a experiência de uso do sistema. As principais mudanças previstas passam pela revisão da interface do sistema, inclusão de novas peças processuais e medidas protetivas. Além disso, consolida-se o formato de acesso de usuários a partir do login único da PDPJ-Br. Estruturada a primeira fase do BNMP 3.0, a partir das seguintes atividades:
--	--	---



		• Consolidação do backlog e planejamento da arquitetura • Montagem de ambiente e configurações iniciais • Criação de documento de análise de requisitos • Mapeamento das funcionalidades do BNMP 2.0 que serão aprimoradas • Mapeamento das funcionalidades do BNMP 3.0 não existentes no BNMP 2.0 • Desenvolvimento de alertas previstos para a versão 3.0 e já inclusos no BNMP 2.0 • Protótipo das novas telas do BNMP 3.0 apresentado e aprimorado Atualizada a versão 2.0 do BNMP, com três funcionalidades previstas para a versão 3.0: • permitir aos magistrados e magistradas editar, devolver ao assessor, assinar e excluir peças que aguardam sua assinatura. • permitir ao usuário unificar Registros Judiciais Individuais (RJI) que constam com nomes diferentes. • fornecer o histórico da peça, que mostra quem realizou quais ações dentro da peça e quando isso foi feito. A etapa de desenvolvimento será concluída no segundo semestre de 2023. A partir de então será realizada a disponibilização do sistema em homologação para um grupo reduzido de tribunais, a fim de identificar e implementar eventuais ajustes necessários para então implantar a solução
--	--	--



		em sua totalidade junto aos tribunais que compõem o Poder Judiciário brasileiro. Status por funcionalidade até julho de 2023: • Estrutura do novo FrontEnd – 83% concluído • Mandado de Prisão – 100% concluído • Alvará de Soltura – 86% concluído • Auto de Prisão em Flagrante – 100% concluído • Saídas Temporárias – 80% concluído • Recaptura – 100% concluído • Audiência de Custódia – 91% concluído • Evasão – 100% concluído • Guias – 85% concluído • Mandado do Monitoramento Eletrônico Cautelar – 55% concluído • Mandado do Monitoramento Eletrônico Execução – 52% concluído • Mandado de Revogação do Monitoramento Eletrônico – 67% concluído • Extinção de Punibilidade por Morte – 70% concluído • Mandado de Internação – 100% concluído • Mandado de Desinternação – 100% concluído
--	--	---



		• Transferência de Documento para Outras Unidades Judiciárias – 100% concluído • Unificação de Mandado de Prisão – 10% concluído • Medidas Protetivas – 53% concluído • Estruturantes e Integrações – 88% concluído DATA LAKE DO PODER JUDICIÁRIO Concluída a primeira etapa de suporte à implementação do Data Lake, que passou a integrar o projeto a partir de 2022, visando à criação de um repositório para armazenamento de grandes conjuntos de dados (big data) extraídos dos sistemas dos tribunais pelo Codex e demais serviços da PDPJ-Br. A partir da utilização de técnicas de Ciência de Dados, como mineração de dados, estão sendo construídas diversas aplicações. Foram entregues: • Mapeamento dos modelos dos dados dos sistemas de origem (sistemas de acompanhamento processual) • Mapeamento da comunicação dos sistemas no CNJ • Definição da arquitetura do projeto Data Lake • Definição dos modelos de dados para o repositório de informações processuais (metadados e documentos) • Criação da infraestrutura/ambiente (AWS Cloud) • Criação do protótipo v. 1.0
--	--	--



		• Análise e definição da ingestão/transição de dados para o repositório • Criação de infraestrutura de testes do Data Lake em ambiente na nuvem ○ Criação de protótipo operacional ○ Realização de testes, análises e definição das estratégias de injeção e de armazenamento e recuperação de dados.
Produto 2 - Subsídios (estudos, metodologias e ações piloto) para o fortalecimento das políticas de transformação digital no Poder Judiciário desenvolvidos	Em andamento	MODERNIZAÇÃO DO PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO – PJe (obs: os projetos relacionados ao PJe estão vinculados aos eixos 1 e 2 do projeto de cooperação) • Implementação de melhorias e correções no PJe O primeiro projeto voltado à modernização do PJe por meio do uso do LTA de Desenvolvimento Ágil permitiu a revisão e finalização de manutenções corretivas e evolutivas no sistema e produziu externalidades, como uma maior containerização do sistema (empacotamento do código para que sejam executadas todas as bibliotecas, frameworks e outras dependências necessárias a seu funcionamento de forma automatizada), o que permitiu o início de novos projetos voltados à sua modularização. • Modernização do módulo de acesso aos autos digitais do PJe A partir do provimento de uma nova versão do módulo de autos digitais, essa ação contribui



		com as diretrizes instituídas pela versão 2.1 do PJe, de modularização do sistema. Baseado no contrato LTA de Desenvolvimento Ágil, essa entrega garante as definições de arquitetura a serem adotadas no desenvolvimento do módulo, especificações de histórias de usuários, planejamento dos casos de teste e desenvolvimento da estrutura do módulo, com o componente toolbar, que permite visualizar informações sintéticas do processo selecionado pelo usuário. INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL PARA PROTEÇÃO DO MEIO AMBIENTE Em andamento a entrega de produtos resultantes da Carta de Acordo com a Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN, focada em mecanismos de obtenção de informações estratégicas para uso pelo Poder Judiciário na tomada de decisões em demandas sobre meio ambiente, por meio do desenvolvimento de ferramentas baseadas em técnicas oriundas da Ciência de Dados e Inteligência Artificial, capazes de utilizar <i>embeddings</i> contextuais na análise de textos jurídicos para criar mecanismos de obtenção de informações estratégicas para uso pelo Poder Judiciário nessa matéria. Até julho de 2023, foram entregues quatro produtos, compreendendo: (i) plano de trabalho; (ii) solução de inteligência artificial e processamento de linguagem natural para recomendação de precedentes na área ambiental; (iii) conjuntos de dados rotulados e saneados; e (iv). DIAGNÓSTICO JUSTIÇA 4.0 Em curso pesquisa sobre a otimização dos processos de trabalho no Poder Judiciário em face da implementação das políticas tecnológicas do projeto BRA/20/003, entre elas o Balcão Virtual, os
--	--	---



	Núcleos de Justiça 4.0 e o Juízo 100% Digital. O objetivo é gerar evidências sobre os impactos da implementação das políticas tecnológicas do Programa Justiça 4.0 na criação de novos fluxos, processos e formas de trabalho nos tribunais, assim como medir resultados sobre seus efeitos na promoção da eficiência, efetividade e economicidade para o Poder Judiciário. Além disso, a pesquisa irá levantar as mudanças e boas práticas adotadas a partir da virtualização do modelo de trabalho no processo jurídico e administrativo dos tribunais. A aplicação nacional do diagnóstico foi precedida da realização de uma fase piloto, em que se testou a metodologia do estudo em três tribunais: Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região (TRT-14), Tribunal de Justiça do Estado do Amapá (TJAP) e Tribunal Regional Federal da 5ª Região (TRF-5). Na fase piloto foram aplicados no TRT-14, TJAP e TRF-5 dois questionários on-line: um de governança, direcionado à gestão destes tribunais; e um de percepção, direcionado ao corpo funcional dos tribunais (servidores, colaboradores e magistrados). Esses questionários se complementam e têm o propósito de subsidiar o estudo com informações e dados complementares que não estão disponíveis nos sistemas e nas bases de dados do CNJ. No período de 15 de maio a 2 de junho de 2023, o questionário de governança foi aplicado em 87 tribunais dos cinco (ou seis?) segmentos da Justiça (exceto tribunais superiores), contando com a participação de gestores representando a totalidade dos tribunais almejados.
--	--

		Em 28 de junho, foi realizado o <u>webinário</u> de lançamento nacional da segunda etapa do Diagnóstico Justiça 4.0, com o objetivo de explicar os objetivos da segunda fase da pesquisa, que busca medir a percepção de servidores, colaboradores e magistrados de 87 tribunais sobre as mudanças e os desafios oriundos da implementação dos Núcleos de Justiça 4.0, Balcão Virtual e Juízo 100% Digital, bem como a virtualização do modelo de trabalho no Judiciário. O questionário foi disponibilizado para o público-alvo entre os dias 3 e 21 de julho, totalizando 8.975 respostas recebidas no período.
Produto 3 - Gestão eficiente e gestão de conhecimento do projeto realizadas	Em andamento	Nos dois anos e meio do projeto, foram realizadas as seguintes atividades de gestão: • Planejamento estratégico do projeto e condução das atividades de coordenação técnica e de gestão; • Registro e acompanhamento das atividades do projeto para relatório no âmbito do comitê técnico e de acompanhamento do projeto; • Planejamento de viagens e eventos; • Criação de instrumentos de monitoramento das atividades; • Organização de reuniões semanais de acompanhamento das atividades em desenvolvimento; • Acompanhamento, gestão e elaboração de informes financeiros; • Apoio às ações de gestão do conhecimento do projeto;



		• Contratação de consultorias (suporte aos processos de elaboração e aprovação de TRs, bem como condução dos processos seletivos em articulação com o parceiro nacional); • Acompanhamento de contratos de pessoas físicas e jurídicas e estruturação das equipes; • Condução dos processos de contratação de pessoas jurídicas e formalização de parcerias para o projeto; • Relatoria e gestão documental. REUNIÕES OFICIAIS • Reunião Tripartite entre PNUD, CNJ, CJF e ABC realizada em agosto de 2021; • Reunião Tripartite entre PNUD, CNJ, CJF e ABC realizada em junho de 2022; • Reunião Tripartite entre PNUD, CNJ, CJF e ABC realizada em março de 2023; • Reuniões do Comitê Técnico (PNUD, CNJ, CJF) realizadas em junho e setembro de 2021 e maio de 2022. • Foram realizadas 98 Reuniões de Acompanhamento Semanais com Gerentes, Mentores Técnicos e Negociais. COMUNICAÇÃO Até julho de 2022 foram produzidas diversas ações de comunicação com o objetivo de
--	--	---



		disseminar e divulgar as ações do projeto, sendo estes os seguintes materiais: • 175 matérias publicadas em veículos de comunicação nacional e internacional; • 50 matérias próprias produzidas; • 260 matérias publicadas pelos órgãos do Poder Judiciário; • 107 Boletins Técnicos produzidos, publicados e acessíveis no: https://www.cnj.jus.br/tecnologia-da-informacao-e-comunicacao/justica-4-0/boletins-tecnicos/ • 7 Guias e cartilhas publicadas; ARTICULAÇÕES TÉCNICAS E INTERCÂMBIOS INTERNACIONAIS Seminário Internacional Brasil-União Europeia: intercâmbio de experiências em e-Justice Apresentação de Alexandre Libonati, juiz auxiliar da Presidência do CNJ, com a temática “Programa Justiça 4.0”, e de Thiago Vieira, diretor do Departamento de Tecnologia da Informação e Comunicação do CNJ, sobre “Transformação Digital no Governo e na Justiça: a Iniciativa X-Road na Estônia e o Programa Justiça 4.0 no Brasil”. Fórum Internacional Justiça e Inovação - FIJI Resultados recentes do Programa Justiça 4.0 foram apresentados no FIJI, que aconteceu em Brasília (DF) em junho de 2023. O Justiça 4.0 exibiu os modelos de IA desenvolvidos em parceria com UNIFOR, UnB, UFG e UFRN, lançou o curso Introdução à Inteligência Artificial e discutiu a experiência do CNJ na temática.
--	--	--



		Missões técnicas nacionais para mobilização, sensibilização e disseminação de resultados do Programa J4.0 nos tribunais estaduais
--	--	--

A fim de dar continuidade aos avanços do projeto e garantir o atingimento de seus objetivos, alguns ajustes são necessários, como detalhado a seguir, para garantir a sustentabilidade das ações na etapa seguinte.



Seção 2. Objetivos da Revisão e Justificativa

2.1 Objetivos da Revisão

A presente revisão substantiva tem por finalidade:

- Ampliar a vigência do projeto em 24 meses, de maneira a possibilitar o pleno alcance dos resultados previstos no projeto;
- Ajustar a estratégia de implementação do projeto e a Estrutura Lógica do projeto, por meio das seguintes alterações:
 - v. Ajustar a redação das atividades 1.5, 1.7, e 1.13;
 - vi. Incluir as novas atividades 1.16, 1.17, 1.18 e 2.12;
 - vii. Adicionar os Produtos 4, “Modelo da refatoração de sistemas digitais do Poder Judiciário para modularização” incluindo as atividades 4.1, 4.2, e 4.3; e Produto 5, “Estratégia de automação e desenvolvimento de sistemas que direta ou indiretamente envolvam execuções concebidas e avaliadas”, incluindo as atividades 5.1, 5.2, 5.3, 5.4, 5.5, 5.6, 5.7, 5.8, 5.9, 5.10 e 5.11;
- Ajustar as metas e plano de trabalho do projeto, em linha com a nova vigência prevista e com a inclusão do novo produto e novas atividades.
- Aumentar o orçamento do projeto em USD 47,441,033.35 (quarenta e sete milhões, quatrocentos e quarenta e um mil e trinta e três dólares e trinta e cinco centavos) , equivalentes a R\$ 230,563,422.07 (duzentos e trinta milhões, quinhentos e sessenta e três mil, quatrocentos e vinte e dois reais e sete centavos), na cotação do dólar pela Organização das Nações Unidas, referente a setembro de 2023, no valor R\$ 4.86 (quatro reais e oitenta e seis centavos), e redistribuir o orçamento disponível no projeto.

2.2. Quadro Comparativo da Estrutura Lógica do Projeto

PRODOC	Proposta de revisão	Justificativa para alteração
Produto 1: Estratégia de desenvolvimento de capacidades e disseminação nacional do Sistema de Processo Judicial Eletrônico (PJe) e da Plataforma Digital do Poder Judiciário Brasileiro	Ajustar as atividades 1.5, 1.7, 1.13: A nova redação das respectivas atividades passa a ser:	De acordo com a estratégia atualizada de promoção, modernização e inovação no âmbito da Justiça brasileira em implantação pelo CNJ, e considerando as demandas de integração e unificação da Plataforma Digital do Poder

PRODOC	Proposta de revisão	Justificativa para alteração
(PDPJ-Br) desenvolvida e avaliada. Atividades: 1.5 Desenvolver estratégia e realizar ação piloto de digitalização do acervo processual em meio físicodocumentação integrado do PJe 1.7 Elaborar propostas de integração dos legados ao PJe, com a construção de interfaces de comunicação e alimentação de dados no padrão MNI 1.13 Desenvolver e implantar metodologias para disseminação da PDPJ-Br para todos os Tribunais brasileiros	1.5. Desenvolver estratégia e realizar integração total de tribunais com o Codex, a partir de critérios a serem definidos por norma do CNJ 1.7 Fortalecimento de capacidades estratégicas para integração total de tribunais a um novo modelo de consulta processual e envio de petições iniciais e intermediárias, por meio da utilização dos serviços estruturantes da PDPJ-Br e comunicação assíncrona, aprimorando o vigente modelo nacional de interoperabilidade (MNI) 1.13 Desenvolver e apoiar tecnicamente a implantação de metodologias para integração do Sistema Eletrônico de Execução Unificado, BNMP e dos sistemas processuais dos Tribunais com a PDPJ, considerando parâmetros de atendimento da demanda dos usuários e de eficiência e de segurança dos sistemas Inclusão de novas atividades: 1.16 Desenvolver e apoiar tecnicamente a implantação de plano de ação para fortalecimento da integração e unificação de soluções no âmbito do Portal de Serviços do Poder Judiciário, incluindo portal de serviços para usuários externos com pelo menos dois	Judiciário Brasileiro (PDPJ-Br) às novas tecnologias para sistemas e plataformas processuais desenvolvidas pelos projetos, tais como o Codex, Processo Judicial Eletrônico (PJe), Modelo Nacional de Interoperabilidade (MNI) e Gabinete do Juízo, foram necessárias adequações de atividades pré-existentes e inclusão de novas atividades. Nesse contexto, o escopo deste produto será expandido para incluir a integração total da PDPJ-Br entre sistemas de processo eletrônico e tribunais. Essa integração abrange a conclusão do processo técnico de acoplamento das plataformas processuais aos serviços estruturantes da PDPJ-Br, que passará a ser o único caminho para o uso e disponibilização de serviços e micro serviços. Este produto também prevê a integração da PDPJ-Br ao Codex, o que inclui o recebimento de metadados e textos de documentos processuais de diversos tribunais pela base central de dados do CNJ. Isso poderá ser utilizado para gerar dashboards, BIs e subsídios para o desenvolvimento de Modelos de Inteligência Artificial e demais aplicações tecnológicas. Cabe destacar ainda que a instituição da Plataforma Digital do Poder Judiciário (PDPJ-Br), compreendida no escopo deste

PRODOC	Proposta de revisão	Justificativa para alteração
	serviços básicos: consulta processual e peticionamentos 1.17 Desenvolver e apoiar tecnicamente a implantação de plano de ação para fortalecimento da integração e unificação de soluções no âmbito do Portal de Serviços do Poder Judiciário, incluindo gabinete do juiz 1.18 Ampliar as estratégias de comunicação e divulgação das ferramentas disponibilizadas na PDPJ-Br com foco na usabilidade e no compartilhamento de soluções com órgãos do Poder Judiciário brasileiro e estrangeiros.	projeto, incentiva que os tribunais desenvolvam sistemas de maneira colaborativa e descentralizada, ao mesmo tempo em que promove a gestão e expansão do uso de soluções partilhadas. Atualmente, a plataforma já coloca à disposição serviços estruturantes, que são aplicações direcionadas aos sistemas processuais eletrônicos. A inclusão das novas atividades previstas possibilitará o desenvolvimento de novas funcionalidades nesses microsserviços. Em outras palavras: a partir de uma plataforma que concentra dados únicos e informações relevantes, o projeto poderá desenvolver funcionalidades tecnológicas para acessar tais informações, utilizando a tecnologia para dar celeridade a diferentes processos e atendendo demandas variadas da Justiça. Prevê-se, ademais, compartilhar soluções e experiências bem-sucedidas, inclusive com órgãos do Poder Judiciário estrangeiros que pretendam realizar projetos de transformação digital à semelhança do modelo brasileiro.
Produto 2: Subsídios (estudos, metodologias e ações piloto) para o fortalecimento das políticas de transformação	Inclusão de nova atividade: 2.12 Desenvolver, apoiar tecnicamente a implantação e	A nova atividade voltada ao aperfeiçoamento e fortalecimento do Data Lake visa subsidiar a revisão arquitetural,

PRODOC	Proposta de revisão	Justificativa para alteração
digital no Poder Judiciário desenvolvidos	avaliar estratégia de fortalecimento de Data Lake do Poder Judiciário	para que, a partir dos dados obtidos por meio da ferramenta Codex e demais serviços de integração, seja possível consolidar um grande banco de dados, capaz de fornecer insumos para o funcionamento dos microsserviços da PDPJ, incluindo: consulta processual unificada; emissão de certidões; construção parametrizável e automatizada de conjuntos de dados e insumos para soluções de Inteligência Artificial; e consultas anonimizadas de dados processuais, para construção de visões de inteligência de negócios. Assim, a consolidação dessa atividade no eixo 2 vai fomentar a gestão da qualidade dos dados no Poder Judiciário, por meio do desenvolvimento de camadas adicionais de integração.
Produto 3: Gestão eficiente e gestão de conhecimento do projeto realizadas	Sem alterações	
	Inclusão de novos produtos Produto 4: Modelo da refatoração de sistemas digitais do Poder Judiciário para modularização 4.1. Realizar diagnóstico do estágio da utilização dos sistemas digitais do Poder Judiciário, com levantamento e sistematização de fluxos e dados para definição de prioridades, preparação para a refatoração e avaliação	As novas atividades previstas partem da necessidade de avançar na criação de módulos acessíveis e de uso colaborativo aos tribunais para solucionar gargalos inerentes ao trabalho desempenhado pelo Judiciário, especialmente aqueles relacionados à cumprimento de sentença, execução fiscal e execução. Destaca-se que a definição de refatoração de código implica na sua reescrita de forma a consolidar uma nova versão que garanta soluções mais simplificadas, com eventual

PRODOC	Proposta de revisão	Justificativa para alteração
	posterior ao seu desenvolvimento 4.2 Promover assessoria técnica de apoio à implantação de estratégia de fomento à inovação e transformação digital para subsidiar a etapa de preparação para refatoração 4.3 Realizar mapeamento do atual status das infraestruturas de suporte aos sistemas priorizados neste produto e dar suporte às ações necessárias à sua melhoria Produto 5: Estratégia de automação e desenvolvimento de sistemas que direta ou indiretamente envolvam execuções concebidas e avaliadas 5.1 Realizar diagnóstico sobre taxa de congestionamento de execuções fiscais pendentes no Judiciário brasileiro, bem como das ferramentas de busca de ativos em uso e de integração de sistemas governamentais de pesquisa patrimonial e de bases de dados, incluindo dados das Juntas Comerciais e Registro Civil de Pessoas Naturais. 5.2 Realizar mapeamento nacional e internacional de boas práticas em uso de tecnologias disruptivas de cumprimento de sentença,	independência do sistema original (modularização de microsserviços) e possível extração de procedimentos que inicialmente eram realizados em áreas mais centrais do sistema, visando trazer maior celeridade e eficiência para nova versão. É sabido que, pelo tempo de vigência do acordo e pela complexidade dos sistemas a serem refatorados, não será possível concluir a refatoração em curto e médio prazos, sendo objeto do produto a criação de modelo de refatoração que funcione como prova de conceito e oriente a refatoração futura dos sistemas legados. Já o produto 5 justifica-se pela necessidade de aprimoramento da estratégia de automação de sistemas, bem como para a criação de novos sistemas e gestão dos dados resultantes para subsidiar as ferramentas de tecnologia de execução fiscal, em especial de executivos fiscais. Busca-se o fortalecimento de sistemas para automatização de pesquisas nas bases patrimoniais do Poder Judiciário, bem como o fortalecimento, em escala nacional, da restrição judicial uma vez que a fase de busca patrimonial e utilização de ferramentas eletrônicas de busca de ativos é uma das grandes dificuldades de magistradas, magistrados, servidores e servidoras do Judiciário no caso de processos de execução fiscal.

PRODOC	Proposta de revisão	Justificativa para alteração
	execução fiscal e execução, em linha com as áreas prioritárias identificadas no diagnóstico; 5.3 Desenvolver estratégia para inovação e fortalecimento do uso de tecnologias de cumprimento de sentença, execução fiscal e execução, a partir das boas práticas mapeadas e do diagnóstico realizado 5.4 Realizar assessoria técnica à implantação de novas soluções desenvolvidas, em articulação com os sistemas processuais eletrônicos e no PJe-Nacional e PDPJ-Br, com transferência integral dos conhecimentos/soluções desenvolvidas 5.5 Desenvolver metodologias e sistemas prioritários para efetiva automação e tratamento de dados com foco em ganhos de eficiência e efetividade do Judiciário 5.6 Desenvolver e realizar assessoria técnica à implantação de soluções de inteligência artificial, em linha com as prioridades identificadas no diagnóstico 5.7 Realizar ações de formação para implantação das soluções de tecnologia desenvolvidas no âmbito do projeto 5.8 Estabelecer rede de parcerias para	A partir dos avanços alcançados no produto 5, será possível o aprimoramento da estratégia de automação que subsidia as ferramentas de tecnologia de cumprimento de sentença, execução fiscal e execução, que contempla etapas de mapeamento e diagnóstico que, posteriormente, fundamentarão o desenvolvimento da estratégia de inovação e fortalecimento do uso de tecnologias de cumprimento de sentença, execução fiscal e execução, bem como a priorização de entregas previstas nos eixos.



PRODOC	Proposta de revisão	Justificativa para alteração
	desenvolvimento tecnológico de ponta em benefício de tecnologias de cumprimento de sentença, execução fiscal e execução 5.9 Elaborar e realizar assessoria técnica à implantação de plano de sustentabilidade dos novos sistemas e ferramentas fortalecidos/desenvolvidos com apoio do projeto 5.10 Realizar diagnóstico da gestão de pessoal nas Varas com competência para cumprimento de sentença, execução fiscal e execução de forma a identificar o cenário para implantação de soluções de tecnologia de forma efetiva 5.11 Desenvolver soluções tecnológicas, em linguagem de fácil gestão de acervo em lote, que permitam integração com soluções tecnológicas das Procuradorias.	

Considerando a incorporação de dois novos produtos, assim como a adequação e inclusão das novas atividades a este projeto, buscou-se adotar uma estratégia de criação de Sistemas de Acompanhamento Processual baseada em três etapas complementares:

1. O desenvolvimento da metodologia para implantação, apropriação e aperfeiçoamento de infraestrutura para os sistemas disruptivos operados no âmbito do projeto, sobretudo para viabilizar a interoperabilidade e a integração dos sistemas e bancos de dados dos tribunais, aprimorando a capacidade organizacional e permitindo uma gestão de dados mais eficaz.
2. Consolidação e integração total das novas tecnologias, sistemas e plataformas desenvolvidas pelo projeto – tais como Codex e Data Lake – aos fluxos de trabalho dos sistemas de acompanhamento processual – como a PDPJ-Br e PJe – junto a todos os tribunais.



3. O estabelecimento de projetos com alto teor de inovação tecnológica, como a inclusão e desenvolvimento de aplicações e subsídios para o desenvolvimento de Inteligência Artificial Generativa, com capacidade de gerar novos conteúdos e dados a partir de sua base de dados original.

2.3. Contexto e justificativa para as mudanças propostas

Desde 2020, o projeto BRA/20/003 realiza uma transformação digital abrangente no Judiciário brasileiro. Devido ao progresso concretizado, há necessidade de avançar na integração e unificação dos serviços de diferentes sistemas processuais para construir uma interface única, que traga benefícios para usuários internos e externos. Dessa forma, visando à conclusão das atividades em andamento e à proposição de novas entregas complementares, as alterações propostas por meio desta Revisão Substantiva são justificadas por três motivações principais:

- 1) **Embora o projeto tenha trabalhado continuamente no saneamento de dados e na proposição de sistemas disruptivos, é preciso reforçar as atividades dedicadas à criação de uma "cara única" do Judiciário:** a ampliação e o aprimoramento de uma plataforma unificada de acesso a serviços judiciais promoverão melhores experiências de usuário e maior eficiência destes serviços. Essa plataforma será a porta de entrada e de consulta de todos os atores processuais e jurisdicionados.
- 2) **Necessidade de evoluir a integração de dados:** com as novas tecnologias, surgem necessidades de avançar no desenvolvimento e integração total da Plataforma Digital do Poder Judiciário – PDPJ-Br, do Codex e do Data Lake aos sistemas processuais dos tribunais, para viabilizar o aprimoramento desta plataforma. Nesse sentido, também é necessário avançar na modularização do PJE, por meio da elaboração do modelo de execução de refatoração de sistemas em microsserviços (ações de adaptação e reescrita de código) em observância à Resolução 335/2020, que viabilizem o desmembramento em módulos e submódulos dos sistemas digitais legados, tornando-os mais autônomos e interdependentes.
- 3) **Robustecer a estratégia de cumprimento de sentença, execução fiscal e execução:** incluir nas estratégias implementadas ações focadas na automação de sistemas, bem como na criação de novos sistemas e gestão dos dados resultantes para subsidiar as ferramentas de tecnologia de execução fiscal, em especial de executivos fiscais.

A partir deste contexto, estão detalhadas abaixo as justificativas específicas de cada um dos ajustes contemplados por esta Revisão Substantiva:

(i) Ampliar a vigência do projeto em 24 meses

Em função da magnitude e complexidade de ações que estão sendo executadas no âmbito do projeto, será necessário prorrogá-lo até dezembro de 2026, para viabilizar o escopo e funcionalidade do Portal de Serviços do Poder Judiciário, bem como das iniciativas de elaboração do modelo de



refatoração de sistemas digitais para modularização e aprimoramento da automação do cumprimento de sentença, execução fiscal e execução desenvolvida, resultando em um Poder Judiciário mais seguro, eficiente e acessível.

Sendo assim, a ampliação de prazo contempla a execução de tarefas fundamentais, como a implementação de correções necessárias no sistema PJe, visando aumentar a estabilidade, a performance e a segurança da versão nacional do sistema; bem como a integração total da PDPJ-Br entre sistemas de processo eletrônico e tribunais, permitindo efetivo uso como único caminho para uso e disponibilização de serviços; a integração total do Codex entre sistemas de processo eletrônico e tribunais, garantindo recebimento de todos os metadados e textos de documentos processuais na base central mantida pelo CNJ; e o aperfeiçoamento do Data Lake do CNJ, proporcionando a construção de um grande banco de dados, com capacidade de responder a comandos de pesquisa que permitam, por exemplo, ações como consulta processual unificada, emissão de certidões, construção parametrizável e automatizada de conjuntos de dados insumos para soluções de IA; e consultas anonimizadas de dados processuais, para construção de visões de inteligência de negócios.

Quanto às atividades relativas ao Sistema PJe, utilizado amplamente dentro do Poder Judiciário Brasileiro e desenvolvido pelo CNJ em parceria com diversos tribunais, faz-se necessária a elaboração de modelo de refatoração visando obter estabilidade, performance e segurança para seus usuários. Sabendo-se que existe uma quantidade significativa de melhorias e correções a serem endereçadas dentro do código do sistema para que este funcione de maneira apropriada (registradas em um *backlog* mantido na ferramenta Jira do CNJ, e utilizada de forma colaborativa pelos tribunais), o projeto tem trabalhado para não apenas atender a essas necessidades do início ao fim, como para possibilitar a refatoração futura do sistema e, conseqüentemente, sua modularização de microsserviços e possível extração de procedimentos que inicialmente eram realizados em áreas mais centrais do sistema, visando trazer maior celeridade e eficiência para nova versão.

Esses fatores, acrescidos da complexidade, extensão e importância naturais do projeto e do cenário dinâmico no qual está inserido, tornam necessária a ampliação de prazo, a fim de que as ações de desenvolvimento de produtos, abrangendo a definição de requisitos e teste de módulos dos projetos, possam ser adequadamente implementadas, bem como sua internalização e sustentabilidade asseguradas.

(ii) Ajustar a estratégia de implementação do projeto e a estrutura lógica do projeto

Para viabilizar as atividades descritas acima, no âmbito do **Produto 1**, propõe-se ajustar a redação das atividades 1.5, 1.7 e 1.13; e criar as atividades 1.16, 1.17 e 1.18. A nova redação das respectivas atividades, acompanhada das justificativas correspondentes, está a seguir:

Ajuste de redação das atividades:



1.5. Desenvolver estratégia e realizar integração total de tribunais com o Codex, a partir de critérios a serem definidos por norma do CNJ

Atualmente, o painel de acompanhamento da integração indica que grande parte dos tribunais brasileiros já finalizou seu processo de acoplamento técnico entre suas bases processuais e a do Codex, mas ainda há uma considerável fila de processos e documentos a serem processados. A integração total do Codex entre sistemas de processo eletrônico e tribunais resultará no completo recebimento de todos os metadados e textos de documentos processuais na base central mantida pelo CNJ.

Dessa forma, a redação anterior da atividade, “1.5 Desenvolver estratégia e realizar ação piloto de digitalização do acervo processual em meio físico”, será substituída pela implementação via Codex para melhor aderência aos objetivos do projeto. Para tal, será importante a realização de ajustes finos nas engrenagens responsáveis pelo transporte dos dados. Ademais, para o atingimento de sua completude, também será necessária a garantia de que todas as informações atualizadas nos sistemas processuais continuem chegando à base do Codex, com um tempo mínimo de latência.

1.7 Fortalecimento de capacidades estratégicas para integração total de tribunais a um novo modelo de consulta processual e envio de petições iniciais e intermediárias, por meio da utilização dos serviços estruturantes da PDPJ-Br e comunicação assíncrona, aprimorando o vigente modelo nacional de interoperabilidade (MNI)

A redação anterior da atividade 1.7 “Elaborar propostas de integração dos legados ao PJe, com a construção de interfaces de comunicação e alimentação de dados no padrão” foi adaptada conforme necessidades de ajustes para: “1.7 Fortalecimento de capacidades estratégicas para integração total de tribunais a um novo modelo de consulta processual e envio de petições iniciais e intermediárias, por meio da utilização dos serviços estruturantes da PDPJ-Br e comunicação assíncrona, aprimorando o vigente modelo nacional de interoperabilidade (MNI)”, isso porque, o Portal de Serviços Unificado do Poder Judiciário, candidato a “cara única” da Justiça brasileira, originalmente previa a utilização do MNI, em sua versão atualmente implementada pelos tribunais, como meio de entrega das petições iniciais e intermediárias aos processos judiciais eletrônicos. Contudo, tal abordagem traria um enorme desafio de gestão e sustentação para o Conselho Nacional de Justiça, uma vez que o MNI, em sendo uma simples especificação de protocolo, não é uniformemente implementado pelos diversos órgãos do Poder Judiciário, havendo, na prática, a existência de diversos “MNIs”.

Assim, com o advento da Plataforma Digital do Poder Judiciário, passa a fazer mais sentido a utilização dos benefícios trazidos pela sua nova arquitetura, em particular, a utilização do serviço de Notificações, que viabiliza a entrega de petições iniciais e intermediárias de forma assíncrona e padronizada.

1.13 Desenvolver e apoiar tecnicamente a implantação de metodologias para integração do Sistema Eletrônico de Execução Unificado, BNMP e dos sistemas processuais dos Tribunais com a PDPJ, considerando parâmetros de atendimento da demanda dos usuários e de eficiência e de segurança dos sistemas



A redação anterior da atividade (“1.13 Desenvolver e implantar metodologias para disseminação da PDPJ-Br para todos os Tribunais brasileiros”) foi alterada para “1.13 Desenvolver e apoiar tecnicamente a implantação de metodologias para integração do Sistema Eletrônico de Execução Penal, BNMP e dos sistemas processuais dos tribunais com a PDPJ”, para melhor refletir a integração dos tribunais e ao Sistema Eletrônico de Execução Penal prevista nesta atividade.

Propõe-se o acoplamento a partir das novas necessidades apuradas e considerando as tecnologias já produzidas ao *login* único como mecanismo exclusivo de acesso aos serviços e sistemas, evitando caminhos locais alternativos para execução do processo de autenticação. De outro lado, o serviço de notificação garante o retorno de informações e de solicitações realizadas junto aos serviços negociais da PDPJ-Br, de forma assíncrona e passiva, garantindo aos usuários dos serviços judiciais uma experiência fluida e célere de atualização de informações, sem a necessidade de reiteradas consultas. Além disso, estruturar metodologias de atendimento e das demandas dos usuários dos sistemas do SEEU e do BNMP de eficácia e de manutenção da infraestrutura, da arquitetura e da segurança da informação necessárias para o pleno funcionamento desses sistemas.

Criação de novas atividades:

1.16 Desenvolver e apoiar tecnicamente a implantação plano de ação para fortalecimento da integração e unificação de soluções no âmbito do Portal de Serviços do Poder Judiciário, incluindo portal de serviços para usuários externos com pelo menos dois serviços básicos: consulta processual e peticionamentos

Visando ao aperfeiçoamento e ao fortalecimento da relação institucional do Judiciário com a sociedade, a atividade 1.16 sintetiza os esforços de criação do Portal de Serviços do Poder Judiciário, que fornece interface única de acesso aos serviços judiciais, fortalecendo a relação com a sociedade. A inclusão de serviços abrangentes para agentes internos e externos tende a melhorar a imagem sobre a atuação do Judiciário, propiciando ganhos relativos à percepção do público em relação à melhoria na prestação de serviços e à diminuição do tempo médio de resolução de processos após a implementação do projeto.

1.17 Desenvolver e apoiar tecnicamente a implantação de plano de ação para fortalecimento da integração e unificação de soluções no âmbito do Portal de Serviços do Poder Judiciário, incluindo gabinete do juiz

Partindo dos mesmos princípios da atividade anterior e visando sanar a falta de integração e unificação dos serviços diretamente nos diferentes sistemas eletrônicos de processos autorizados, a atividade prevê os insumos necessários para a conclusão do desenvolvimento do Módulo “Gabinete de Juiz” como microserviço da PDPJ, proporcionando acesso unificado às bases de dados e soluções necessárias para desenvolvimento das ações condizentes.



1.18 Ampliar as estratégias de comunicação e divulgação das ferramentas disponibilizadas na PDPJ-Br com foco na usabilidade e compartilhar soluções com órgãos do Poder Judiciário brasileiro e estrangeiros.

Partindo de boas práticas da cooperação técnica internacional, cujo objetivo é promover mudanças qualitativas em um contexto específico e promover a sustentabilidade das capacidades fortalecidas em parceria, uma ampliação da estratégia de comunicação e gestão do conhecimento é fundamental para garantia de sua usabilidade e integração aos tribunais, bem como para eventuais projetos de cooperação internacional com órgãos do Poder Judiciário estrangeiros. Assim, a atividade 1.18 foi criada visando a potencialização das ferramentas, estudos e metodologias criadas em todo o projeto. Todos os conhecimentos e soluções serão, portanto, apropriados e difundidos pela equipe por meio de uma estratégia de sustentabilidade.

No âmbito do **Produto 2**, propõe-se a inserção da atividade 2.12, conforme justificativa que segue:

2.12 Desenvolver, apoiar tecnicamente a implantação e avaliar estratégia de fortalecimento de Data Lake do Poder Judiciário

A nova atividade voltada ao aperfeiçoamento e fortalecimento do Data Lake visa subsidiar a revisão arquitetural, para que, a partir dos dados obtidos por meio da ferramenta Codex e demais serviços de integração, seja possível consolidar um grande banco de dados capaz de fornecer insumos para o funcionamento dos microsserviços da PDPJ, incluindo consulta processual unificada; emissão de certidões; construção parametrizável e automatizada de conjuntos de dados insumos para soluções de Inteligência Artificial; e consultas anonimizadas de dados processuais, para construção de visões de inteligência de negócios. Dessa forma, a consolidação do projeto vai fomentar a gestão da qualidade dos dados no Poder Judiciário, por meio do desenvolvimento de camadas adicionais de integração e implementação total do "Data Lake" – CNJ.

Produto 4: Modelo da refatoração de sistemas digitais do Poder Judiciário para modularização

Considerando as ações já desenvolvidas nos eixos 1 e 2 do presente projeto, o novo produto 4 prevê a elaboração de modelo de refatoração dos sistemas digitais do Poder Judiciário visando a criação de módulos acessíveis e de uso colaborativo aos tribunais para solucionar gargalos inerentes ao trabalho desempenhado, especialmente aqueles relacionados ao cumprimento de sentença, execução fiscal e execução. Destaca-se que a definição de refatoração de código implica na sua reescrita de forma a consolidar uma nova versão que garanta soluções mais simplificadas, com eventual independência do sistema original (modularização de microsserviços) e possível extração de procedimentos que inicialmente eram realizados em áreas mais centrais do sistema, visando trazer maior celeridade e eficiência para nova versão. É sabido que, pelo tempo de vigência do acordo e pela complexidade dos



sistemas a serem refatorados, não será possível concluir a refatoração em curto e médio prazos, sendo objeto do produto a criação de modelo de refatoração que funcione como prova de conceito e oriente a refatoração futura dos sistemas legados. Nesse sentido, o projeto abrange a definição de uma estratégia de refatoração de sistemas digitais, bem como a priorização dos microsserviços a serem inicialmente desenvolvidos, dentre os quais os módulos relativos à cumprimento de sentença, execução fiscal e execução. As etapas iniciais implicam o mapeamento da infraestrutura necessária para sediar as versões refatoradas dos módulos a serem trabalhados, de forma integrada à estratégia incremental de seu desenvolvimento. Ou seja, o projeto irá mapear a arquitetura de sistemas necessária para suportar o ajuste dos módulos de trabalho, de forma que esta possa ser ampliada conforme necessidade.

Dando sequência à lógica prevista, o trabalho conta ainda com etapas de testagem e avaliação dos módulos desenvolvidos com vistas a garantir a plena aplicação dos processos incrementais de desenvolvimento de software por meio do uso de métodos ágeis. Essa metodologia, largamente utilizada nos projetos de desenvolvimento de software, proporciona um processo contínuo de correções e melhorias aos elementos entregues por meio de frequentes redirecionamentos dos esforços da equipe para garantir o pleno atendimento às demandas previstas pelo projeto.

Produto 5: Estratégia de automação e desenvolvimento de sistemas que direta ou indiretamente envolvam execuções concebidas e avaliadas

Embora haja avanços relevantes como os apresentados no início desta revisão substantiva, o Poder Judiciário brasileiro ainda enfrenta uma sobrecarga expressiva de processos pendentes de baixa, que totalizavam, segundo dados da publicação "Justiça em Números 2022", cerca de 77 milhões de casos em 2021. Dentre esses processos, os de cumprimento de sentença, execução fiscal e execução representam aproximadamente 35% do total, somando uma taxa de congestionamento de 90%. Esta realidade se mostra ainda mais preocupante quando observamos que, sem esses processos, a taxa de congestionamento do Poder Judiciário cairia de 74,2% para 67,9%. A partir dos dados apresentados, este produto está voltado para o aprimoramento da estratégia de automação que subsidia as ferramentas de tecnologia de cumprimento de sentença, execução fiscal e execução. As soluções buscam aprimorar os trabalhos repetitivos e o acesso à informação para potencializar a atuação de magistradas e magistrados, que permanecem responsáveis pelos processos decisórios.

Dessa forma, com o objetivo de contribuir para a automação dos procedimentos de cumprimento de sentença, execução fiscal e execução, estão previstos subsídios para fortalecimento de dois sistemas que merecem destaque dentre os demais contemplados. O primeiro contribuirá para automatização de pesquisas nas bases patrimoniais do Poder Judiciário, permitindo a busca por CPF e CNPJ de forma centralizada, em uma ferramenta única capaz de abreviar os trabalhos mecânicos e manuais, contribuindo para transparência, padronização na gestão das informações e celeridade processual. A fase de busca patrimonial e utilização de ferramentas eletrônicas de busca de ativos é uma das grandes



dificuldades de magistradas, magistrados, servidores e servidoras do Judiciário no caso de processos de cumprimento de sentença, execução fiscal e execução.

Já o segundo sistema atuará para o fortalecimento, em escala nacional, da restrição judicial. Como continuidade do primeiro, seria possível marcar, de forma centralizada, em uma ferramenta única e capaz de abreviar os trabalhos mecânicos e manuais, o que se deseja bloquear, realizando a transmissão de ordem de restrição judicial em todas as bases e inserindo as informações coligidas nos sistemas processuais empregados para a tramitação processual.

- (iii) **Aumentar o orçamento do projeto em USD 47,441,033.35, equivalentes a R\$ 230,563,422.07, na cotação do dólar pela Organização das Nações Unidas, referente a setembro de 2023, no valor R\$ 4.86, de forma a refletir o ajuste da estratégia de implementação dos produtos 1, 2, 4 e 5 e redistribuir o orçamento disponível no projeto, considerando o novo prazo de vigência.**

O cálculo do valor de ampliação a ser efetivada por meio desta Revisão Substantiva considera as consultorias e contratações de pessoas jurídicas necessárias para aperfeiçoar o sistema de processo eletrônico e desenvolver entregas fundamentais, como a Plataforma Digital do Poder Judiciário, a elaboração e testagem do modelo de refatoração do Processo Judicial Eletrônico - Pje, a estratégia de execuções fiscais, aumentando assim a agilidade na tramitação de processos e a produtividade na prestação jurisdicional. É preciso considerar que, junto da estratégia de implementação de sistemas disruptivos, somam-se valores que permitem sua disseminação para os tribunais brasileiros e estrangeiros, por meio de encontros de sensibilização e estrutura sólida para implementação em etapas que viabilizem a sustentabilidade dos sistemas propostos a longo prazo.

Os valores estimados contemplam, ainda, o aprimoramento das ferramentas atualmente em desenvolvimento, como o Portal de Serviços do Poder Judiciário, que fornecerá uma interface única de acesso aos serviços judiciais para o público em geral, o que contribui para o fortalecimento da relação entre o Judiciário e a sociedade. A ampliação do projeto para incluir serviços abrangentes para agentes internos e externos busca melhorar a comunicação e a percepção pública sobre a atuação do Judiciário. Nesse sentido, o projeto busca aperfeiçoar o sistema de processo eletrônico e desenvolver a Plataforma Digital do Poder Judiciário (PDPJ-Br) e do Pje, aumentando assim a agilidade na tramitação de processos e a produtividade na prestação jurisdicional.

Nesse sentido, serão necessários novos aportes orçamentários ao projeto, conforme detalhado no item anterior, para execução das atividades complementares, resultado da interpretação dos resultados diagnósticos, que incluem modelo de refatoração e a escala do Sistema Pje para uma plataforma mais ampla e completa, bem como as atividades do Portal de Serviços, Codex e Data Lake mencionadas acima. Estas atividades, por sua correspondente complexidade, demandam um aporte significativo de recursos para que possam ser realizadas com êxito, como detalhado no respectivo quadro de insumos, especialmente para as atividades de monitoramento e suporte técnico nos mais de 90 (noventa) tribunais envolvidos.



Por fim, destaca-se ainda que no período inicial do projeto grandes avanços foram realizados com os recursos disponíveis, como já detalhado neste documento. Entretanto, para assegurar a conclusão das ações e sua internalização no âmbito do Poder Judiciário, para além de permitir a entrega das atividades e produtos incluídos no âmbito desta revisão - que são essenciais à consecução do objetivo geral do projeto – faz-se premente a complementação dos recursos do projeto. Destaca-se ainda que as entregas aqui previstas trarão contribuições fundamentais para um saldo de qualidade no funcionamento do Poder Judiciário brasileiro, não só no âmbito do CNJ, mas da rede de mais de 90 tribunais distribuídos em todo o país.

Seção 3. Matriz de Resultados e Recursos e Plano de Trabalho atualizados

Nos anexos 1 e 2 do presente documento são apresentados a Matriz de Resultados e Recursos do Projeto e o Plano de Trabalho, atualizados em consonância ao novo prazo, às novas metas, às novas atividades propostas e ao novo orçamento proposto.

Seção 4. Monitoramento e Avaliação

O Sistema de Acompanhamento e Gerenciamento de Projeto – SIGAP da Agência Brasileira de Cooperação espelha a matriz de resultados e plano de trabalho do projeto.

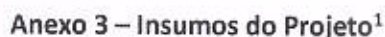
O sistema está atualizado pelo CNJ com o registro dos avanços e planejamento semestral das metas do projeto, conforme o documento do projeto e revisões realizadas até o momento.

O Plano de Monitoramento e Avaliação atualizado para a nova vigência encontra-se apresentado no Anexo 4.



Anexo 2 – Plano de Trabalho Plurianual

O plano de trabalho apresenta acréscimo nas linhas orçamentárias destinadas aos produtos 1 e 2. As variações apresentadas, são reflexos dos ajustes realizados na estratégia de implementação do projeto.



Compras de equipamentos				
Objeto da Parceria	Produto do projeto	Valor unitário	Quantidade	Valor estimado (USD)
Estação de trabalho de alto desempenho	1, 2, 3, 4 e 5	5.353,08	15	80.296,20
Estação de trabalho de médio desempenho	1, 2, 3, 4 e 5	3.261,85	15	48.927,74
Notebook de alto desempenho	1, 2, 3, 4 e 5	4.354,86	15	65.322,93
Notebook de médio desempenho	1, 2, 3, 4 e 5	2.806,00	15	42.089,99
Aquisição de ferramenta para teste automatizado de código	1, 2, 3, 4 e 5	22.962,61	2	45.925,22
TOTAL				282.562,09

[illegible]



1º Ciclo de disseminação do Programa (2 duas viagens por missão com 5 pessoas)	1, 2, 3, 4 e 5	10.000,00	10	100.000,00
1º Ciclo de disseminação do Programa (2 duas viagens por missão com 5 pessoas)	1, 2, 3, 4 e 5	10.000,00	10	100.000,00
1º Ciclo de disseminação do Programa (2 duas viagens por missão com 5 pessoas)	1, 2, 3, 4 e 5	10.000,00	10	100.000,00
1º Ciclo de disseminação do Programa (2 duas viagens por missão com 5 pessoas)	1, 2, 3, 4 e 5	10.000,00	10	100.000,00
Ciclo 1 - 2 viagens por mês feita por equipe de 5 pessoas	1, 2, 3, 4 e 5	9.500,00	12	114.000,00
Ciclo 2 - 2 viagens por mês feita por equipe de 5 pessoas	1, 2, 3, 4 e 5	9.500,00	12	114.000,00
Ciclo 3 - 2 viagens por mês feita por equipe de 5 pessoas	1, 2, 3, 4 e 5	9.500,00	12	114.000,00
Ciclo 4 - 2 viagens por mês feita por equipe de 5 pessoas	1, 2, 3, 4 e 5	9.500,00	12	114.000,00
Ciclo 5 - 2 viagens por mês feita por equipe de 5 pessoas	1, 2, 3, 4 e 5	9.500,00	12	114.000,00
Viagens internacionais de divulgação do programa	1, 2, 3, 4 e 5	4.816,06	10	48.160,61
TOTAL				1.918.160,61

Carta Acordo - Instituição Sub-Executora			
Objeto da Parceria	Produto do projeto	Parceiro	Valor estimado (USD)
Parcerias com Universidades Públicas e/ou seleção de Instituições Sub-Executoras que atuarão na realização de pesquisas e avaliações relacionadas à aplicação da tecnologia para a gestão processual, assim como no desenvolvimento e assessoria à implantação de metodologias de formação	1	Universidades Públicas e/ou seleção de Instituições Sub-Executoras	500.000,00
Parcerias com Universidades Públicas e/ou seleção de Instituições Sub-Executoras que atuarão na realização de pesquisas e avaliações relacionadas ao desenvolvimento de metodologias para disseminação da PDPJ-Br para todos os Tribunais brasileiros	1	Universidades Públicas e/ou seleção de Instituições Sub-Executoras	350.000,00
Parcerias com Universidades Públicas e/ou seleção de Instituições Sub-Executoras que atuarão na construção de subsídios (estudos, metodologias e ações piloto) para o desenvolvimento de estratégia de integração total de tribunais com o Codex	1	Universidades Públicas e/ou seleção de Instituições Sub-Executoras	350.659,02



Parcerias com Universidades Públicas e/ou seleção de Instituições Sub-Executoras que atuarão na construção de subsídios (estudos, metodologias e ações piloto) para o fortalecimento de capacidades estratégicas para integração de tribunais a um novo modelo de consulta processual e envio de petições iniciais e intermediárias, aprimorando o vigente modelo nacional de interoperabilidade (MNI)	1	Universidades Públicas e/ou seleção de Instituições Sub-Executoras	358.410,65
Parcerias com Universidades Públicas e/ou seleção de Instituições Sub-Executoras que atuarão na construção de subsídios (estudos, metodologias e ações piloto) para o desenvolvimento de metodologias para integração do Sistema Eletrônico de Execução Penal e dos sistemas processuais dos e tribunais com a PDPJ.	1	Universidades Públicas e/ou seleção de Instituições Sub-Executoras	374.000,00
Parcerias com Universidades Públicas e/ou seleção de Instituições Sub-Executoras que atuarão na construção de subsídios (estudos, metodologias e ações piloto) para o fortalecimento das políticas de transformação digital no Poder Judiciário	2	Universidades Públicas e/ou seleção de Instituições Sub-Executoras	450.000,00
Parcerias com Universidades Públicas e/ou seleção de Instituições Sub-Executoras que atuarão na construção de subsídios (estudos, metodologias e ações piloto) para a avaliação de estratégia de fortalecimento do Data Lake do Poder Judiciário	2	Universidades Públicas e/ou seleção de Instituições Sub-Executoras	450.000,00
Parcerias com Universidades Públicas e/ou seleção de Instituições Sub-Executoras que atuarão identificação dos fluxos nos procedimentos de execução forçada nas esferas cível, trabalhista, criminal e, especialmente, nos executivos fiscais para identificar os gargalos de estrangulamento que atrasam ou impedem a pronta resposta do Poder Judiciário	4	Universidades Públicas e/ou seleção de Instituições Sub-Executoras	375.000,00
Parcerias com Universidades Públicas e/ou seleção de Instituições Sub-Executoras que atuarão na criação de um instrumento de medição do grau de adesão dos sistemas existentes ao Modelo de Requisitos para Sistemas Informatizados do Poder Judiciário	4	Universidades Públicas e/ou seleção de Instituições Sub-Executoras	357.000,00
Parcerias com Universidades Públicas e/ou seleção de Instituições Sub-Executoras que atuarão na definição de estratégia para a correção das causas de estrangulamento identificadas e o desenvolvimento de soluções tecnológicas que ampliem o grau de aderência de sistemas ao MoReq-Jus, bem como permitam apoiar a evolução gradual e não compulsória de ferramentas digitais empregadas em processos que contêm fluxos de execução forçada	5	Universidades Públicas e/ou seleção de Instituições Sub-Executoras	385.000,00



Parcerias com Universidades Públicas e/ou seleção de Instituições Sub-Executoras que atuarão no desenho metodológico para a abordagem do tratamento dos processos desde a fase de conhecimento, considerando que a execução, quando não fundada em título executivo não judicial, depende de dados e metadados produzidos na fase anterior	5	Universidades Públicas e/ou seleção de Instituições Sub-Executoras	285.000,00
Parcerias com Universidades Públicas e/ou seleção de Instituições Sub-Executoras que atuarão no desenho de cenários de teste e avaliação dos módulos desenvolvidos com vistas a garantir a plena aplicação dos processos incrementais de desenvolvimento de software por meio do uso de métodos ágeis	5	Universidades Públicas e/ou seleção de Instituições Sub-Executoras	388.000,00
Parcerias com Universidades Públicas e/ou seleção de Instituições Sub-Executoras que atuarão no mapeamento da arquitetura de sistemas necessária para suportar o ajuste dos módulos de trabalho, de forma que esta possa ser gradualmente ampliada conforme a necessidade, buscando sempre contemplar características inovadoras e disruptivas para automatizar a fase executória	5	Universidades Públicas e/ou seleção de Instituições Sub-Executoras	388.000,00
Parcerias com Universidades Públicas e/ou seleção de Instituições Sub-Executoras que atuarão no levantamento de práticas recorrentes, inovadoras e bem-sucedidas, discernindo quais delas podem ser replicadas em contexto do Judiciário nacional.	5	Universidades Públicas e/ou seleção de Instituições Sub-Executoras	386.099,38
Parcerias com Universidades Públicas e/ou seleção de Instituições Sub-Executoras que atuarão na garantia da sustentabilidade dos resultados alcançados no projeto, prevendo ainda a elaboração de uma estratégia de difusão, capacitação e sustentabilidade para consolidação nacional dos sistemas e ferramentas desenvolvidos.	5	Universidades Públicas e/ou seleção de Instituições Sub-Executoras	380.000,00
Parcerias com Universidades Públicas e/ou seleção de Instituições Sub-Executoras que atuarão na automatização de pesquisas nas bases patrimoniais do Poder Judiciário, permitindo a busca por CPF e CNPJ de forma centralizada, em uma ferramenta única capaz de abreviar os trabalhos mecânicos e manuais, contribuindo para transparência, padronização na gestão das informações e celeridade processual.	5	Universidades Públicas e/ou seleção de Instituições Sub-Executoras	380.000,00
Parcerias com Universidades Públicas e/ou seleção de Instituições Sub-Executoras que atuarão no fortalecimento, em escala nacional, da restrição judicial, promovendo uma ferramenta centralizada, capaz de abreviar os trabalhos mecânicos e manuais, o que se deseja bloquear, realizando a transmissão de ordem de restrição judicial em todas as bases e inserindo as informações coligidas nos sistemas processuais empregados para a tramitação processual.	5	Universidades Públicas e/ou seleção de Instituições Sub-Executoras	380.000,00



Parcerias com Universidades Públicas e/ou seleção de Instituições Sub-Executoras que atuarão no desenvolvimento e apoio técnico de confecção de metodologias para integração do Sistema Eletrônico de Execução Unificado, BNMP e dos sistemas processuais dos Tribunais com a PDPJ, considerando parâmetros de atendimento da demanda dos usuários e de eficiência e de segurança dos sistemas	1	Universidades Públicas e/ou seleção de Instituições Sub-Executoras	350.000,00
Parcerias com Universidades Públicas e/ou seleção de Instituições Sub-Executoras que atuarão na formulação e apoio à definição metodológica de plano de ação para fortalecimento da integração e unificação de soluções no âmbito do Portal de Serviços do Poder Judiciário, incluindo portal de serviços para usuários externos com pelo menos dois serviços básicos: consulta processual e peticionamentos	1	Universidades Públicas e/ou seleção de Instituições Sub-Executoras	350.000,00
Parcerias com Universidades Públicas e/ou seleção de Instituições Sub-Executoras que atuarão no apoio à definição de estratégia de comunicação, com vistas a ampliar as estratégias de comunicação e divulgação das ferramentas disponibilizadas na PDPJ-Br com foco na usabilidade e no compartilhamento de soluções com órgãos do Poder Judiciário brasileiro e estrangeiros	1	Universidades Públicas e/ou seleção de Instituições Sub-Executoras	400.000,00
Parcerias com Universidades Públicas e/ou seleção de Instituições Sub-Executoras que atuarão na curadoria, tratamento e apoio na definição de fluxo de consumo e atualização das bases de dados para integrar o Data Lake do Poder Judiciário	2	Universidades Públicas e/ou seleção de Instituições Sub-Executoras	400.000,00
Parcerias com Universidades Públicas e/ou seleção de Instituições Sub-Executoras que atuarão na modelagem da estratégia de gerenciamento de atores partícipes da etapa de preparação para refatoração	4	Universidades Públicas e/ou seleção de Instituições Sub-Executoras	400.000,00
Parcerias com Universidades Públicas e/ou seleção de Instituições Sub-Executoras que atuarão na análise do mapeamento do atual status das infraestruturas dos sistemas priorizados	4	Universidades Públicas e/ou seleção de Instituições Sub-Executoras	390.500,00
Parcerias com Universidades Públicas e/ou seleção de Instituições Sub-Executoras que atuarão na realização de diagnóstico sobre taxa de congestionamento de execuções fiscais pendentes no Judiciário brasileiro, bem como das ferramentas de busca de ativos em uso e de integração de sistemas governamentais de pesquisa patrimonial e de bases de dados	5	Universidades Públicas e/ou seleção de Instituições Sub-Executoras	390.500,00
Parcerias com Universidades Públicas e/ou seleção de Instituições Sub-Executoras que atuarão na realização de diagnóstico da gestão de pessoal nas Varas com competência para cumprimento de	5	Universidades Públicas e/ou seleção de	390.500,00



sentença, execução fiscal e execução de forma a identificar o cenário para criação de soluções de tecnologia de forma efetiva		Instituições Sub-Executoras	
Parcerias com Universidades Públicas e/ou seleção de Instituições Sub-Executoras que atuarão no levantamento de linguagem de fácil gestão de acervo em lote, que permitam integração com soluções tecnológicas das Procuradorias para subsidiar o desenvolvimento de desenvolver soluções tecnológicas previstas no projeto	5	Universidades Públicas e/ou seleção de Instituições Sub-Executoras	390.500,00
Parcerias com Universidades Públicas e/ou seleção de Instituições Sub-Executoras que atuarão na realização de mapeamento, em âmbito nacional e internacional, de boas práticas em uso de tecnologias disruptivas de cumprimento de sentença, execução fiscal e execução, em linha com as áreas prioritárias identificadas no diagnóstico	5	Universidades Públicas e/ou seleção de Instituições Sub-Executoras	390.050,00
Parcerias com Universidades Públicas e/ou seleção de Instituições Sub-Executoras que atuarão no mapeamento de estratégias de <i>fade out</i> de projetos de inovação tecnológica com vistas a propor metodologia a ser adotada pelo projeto, de forma a garantir a transferência integral dos conhecimentos/soluções desenvolvidas	5	Universidades Públicas e/ou seleção de Instituições Sub-Executoras	390.050,00
Parcerias com Universidades Públicas e/ou seleção de Instituições Sub-Executoras que atuarão no tratamento, limpeza, higienização e verificação de dados para apoiar o aprimoramento de sistemas em uso pelo Poder Judiciário, bem como o desenvolvimento de novos sistemas digitais	5	Universidades Públicas e/ou seleção de Instituições Sub-Executoras	382.173,67
Parcerias com Universidades Públicas e/ou seleção de Instituições Sub-Executoras que atuarão no desenvolvimento assessoria técnica à criação de soluções de inteligência artificial, em linha com as prioridades identificadas no diagnóstico	5	Universidades Públicas e/ou seleção de Instituições Sub-Executoras	380.000,00
Parcerias com Universidades Públicas e/ou seleção de Instituições Sub-Executoras que atuarão na formulação pedagógica de cursos, oficinas e imersões formativas voltadas para soluções de tecnologia desenvolvidas no âmbito do projeto	5	Universidades Públicas e/ou seleção de Instituições Sub-Executoras	380.000,00
Parcerias com Universidades Públicas e/ou seleção de Instituições Sub-Executoras para apoio ao estabelecimento de rede de parcerias para desenvolvimento tecnológico de ponta em benefício de tecnologias de cumprimento de sentença, execução fiscal e execução, por meio do mapeamento de agentes e fóruns nacionais e internacionais prioritários para a inserção do projeto.	5	Universidades Públicas e/ou seleção de Instituições Sub-Executoras	380.000,00
TOTAL			12.301.442,72



Serviços de Pessoa Jurídica				
Natureza da Consultoria	Produto do projeto	Período previsto para a duração do contrato	Valor estimado dos serviços, por contrato	TOTAL (USD)
Realizar avaliação de progresso e resultados quanto à estrutura de governança, o efetivo cumprimento dos cronogramas do PJe/PDPJ-Br e as metas e indicadores relacionados aos resultados da política frente aos ganhos de celeridade, acessibilidade, usabilidade e economicidade	1	365 dias	680.000,00	680.000,00
Diagnóstico e proposta de alterações arquiteturais na estrutura do sistema PJe, de modo a permitir sua posterior quebra em uma plataforma de microsserviços, permitindo assim seu consumo pelos tribunais e instituições externas, por meio de serviços próprios ou aplicativos móveis	1	365 dias	300.000,00	300.000,00
Desenvolver e apoiar tecnicamente as metodologias para integração do Sistema Eletrônico de Execução Penal e dos sistemas processuais dos e tribunais com a PDPJ.	1	365 dias	300.000,00	300.000,00
Desenvolver e apoiar tecnicamente planos de ação para fortalecimento da integração e unificação de soluções no âmbito do Portal de Serviços do Poder Judiciário, incluindo portal de serviços para usuários externos com pelo menos dois serviços básicos: consulta processual e petições	1	365 dias	300.000,00	300.000,00
Desenvolver e apoiar tecnicamente de plano de ação para fortalecimento da integração e unificação de soluções no âmbito do Portal de Serviços do Poder Judiciário, incluindo gabinete do juiz	1	365 dias	300.615,96	300.615,96
Realizar ações de integração de tribunais com o Codex, a partir de critérios a serem definidos por norma do CNJ	1	365 dias	619.000,00	619.000,00
Realização de ações de fortalecimento de capacidades estratégicas para integração total de tribunais a um novo modelo de consulta processual e envio de petições iniciais e intermediárias, por meio da utilização dos serviços estruturantes da PDPJ-Br e comunicação assíncrona, aprimorando o vigente modelo nacional de interoperabilidade (MNI)	1	365 dias	550.966,86	550.966,86
Desenvolver ações de comunicação, com vistas a ampliar as estratégias de divulgação das ferramentas disponibilizadas na PDPJ-Br com foco na usabilidade e no compartilhamento de soluções com órgãos do Poder Judiciário brasileiro e estrangeiros.	1	365 dias	655.272,00	655.272,00
Diagnóstico do atual status do uso e consolidação das ferramentas do PJe/PDPJ-Br	2	365 dias	619.000,00	619.000,00
Desenvolvimento de serviços e soluções que contribuam para a expansão e consolidação do PJe/PDPJ-Br	2	365 dias	550.966,86	550.966,86
Diagnóstico de bases de dados e sistemas integrantes à PDPJ e outros sistemas com vistas ao apoio à implantação do Data Lake do Poder Judiciário	2	365 dias	655.272,00	655.272,00
Desenvolvimento de serviços técnicos de apoio à implantação Data Lake do Poder Judiciário	2	365 dias	450.000,00	450.000,00
Desenvolver relatórios de registro e acompanhamento das atividades do projeto com vistas a subsidiar o relatório do âmbito do comitê técnico, responsável por compilar os resultados de acompanhamento do projeto	3	365 dias	450.000,00	450.000,00
Desenvolver instrumentos de gestão do conhecimento no âmbito da gestão do projeto	3	365 dias	509.249,68	509.249,68



Desenvolvimento de serviços técnicos de apoio ao desenvolvimento de plano de ação para aprimoramento das medidas para promoção da segurança cibernética no âmbito da transformação digital do Poder Judiciário	4	365 dias	509.249,68	509.249,68
Diagnóstico e avaliação da usabilidade dos serviços e ferramentas digitais em andamento e de formação/fortalecimento de capacidades voltadas à transferência de conhecimentos e sustentabilidade das ferramentas e metodologias de segurança cibernética desenvolvidas com apoio do projeto	4	365 dias	490.000,00	490.000,00
Desenvolvimento de serviços técnicos de apoio ao aprimoramento da segurança cibernética, por meio de ações da produção de ferramentas digitais específicas, bem como da formação/fortalecimento de capacidades voltadas à transferência de conhecimentos e sustentabilidade das ferramentas e metodologias de segurança cibernética desenvolvidas com apoio do projeto	4	365 dias	450.000,00	450.000,00
Aprimoramento das medidas para promoção da segurança cibernética no âmbito dos tribunais do Poder Judiciário, em linha com os resultados do diagnóstico	4	365 dias	450.000,00	450.000,00
Desenvolvimento da estratégia de disseminação do processo de refatoração dos sistemas digitais do Poder Judiciário	4	365 dias	420.000,00	420.000,00
Preparo dos Sistemas Judiciais com os Tribunais brasileiros, para a realização do processo de refatoração e avaliação dos resultados	4	365 dias	310.000,00	310.000,00
Desenvolvimento de soluções tecnológicas que ampliem o grau de aderência de sistemas ao MoReq-Jus, bem como permitam apoiar a evolução gradual e não compulsória de ferramentas digitais empregadas em processos que contêm fluxos de execução forçada.	5	365 dias	320.000,00	320.000,00
Desenvolvimento de soluções técnicas focadas no aprimoramento dos procedimentos executórios e, em particular, da execução fiscal, a serem compiladas na forma de microsserviços, em observância à Resolução 335/2020, mediante o desmembramento em módulos e submódulos dos sistemas digitais legados, tornando-os mais autônomos e interdependentes	5	365 dias	320.000,00	320.000,00
Desenvolvimento de testes e avaliações dos módulos desenvolvidos nos demais serviços a serem contratados, com vistas a garantir a plena aplicação dos processos incrementais de desenvolvimento de software por meio do uso de métodos ágeis	5	365 dias	640.000,00	640.000,00
Aplicação de uma estratégia de difusão, capacitação e sustentabilidade, a ser proposta por meio de parceria junto a Universidades Públicas e/ou seleção de instituição Sub-Executora, para consolidação nacional dos sistemas e ferramentas desenvolvidos.	5	365 dias	600.000,00	600.000,00
Apoio à implantação de estratégia de automação de sistemas, bem como para a criação de novos sistemas e gestão dos dados resultantes para subsidiar as ferramentas de tecnologia de execução, em especial de executivos fiscais, com foco na adesão ao conceito de Justiça 4.0.	5	365 dias	320.001,00	320.001,00
Apoio ao desenvolvimento de ações e programas que visam o uso colaborativo de produtos e de novas tecnologias de automatização e inteligência artificial na gestão administrativa e de dados processuais do Poder Judiciário brasileiro.	5	365 dias	320.002,00	320.002,00
Desenvolvimento de ferramenta de automatização de pesquisas nas bases patrimoniais do Poder Judiciário, permitindo a busca por CPF e CNPJ de forma centralizada, em uma ferramenta única capaz de abreviar os trabalhos mecânicos e manuais, contribuindo para transparência, padronização na gestão das informações e celeridade processual.	5	365 dias	640.000,00	640.000,00



Desenvolvimento de ferramenta voltada para a abreviação de trabalhos mecânicos e manuais por meio da automação de transmissão de ordem de restrição judicial em todas as bases e inserindo as informações coligidas nos sistemas processuais empregados para a tramitação processual.	5	365 dias	640.000,00	640.000,00
Desenvolvimento de soluções de inteligência artificial para a automação procedimental em linha com as prioridades identificadas nos diagnósticos realizados.	5	365 dias	460.646,07	460.646,07
Desenvolver e apoiar estratégia para inovação e fortalecimento do uso de tecnologias de cumprimento de sentença, execução fiscal e execução, a partir das boas práticas mapeadas e do diagnóstico realizado	5	365 dias	600.000,00	600.000,00
Apoiar tecnicamente a implantação de novas soluções desenvolvidas, em articulação com os sistemas processuais eletrônicos e no PJe-Nacional e PDPJ-Br, com transferência integral dos conhecimentos/soluções desenvolvidas	5	365 dias	450.000,00	450.000,00
Desenvolver sistemas prioritários, com base em metodologia confeccionada por meio de parceria, para efetiva automação e tratamento de dados com foco em ganhos de eficiência e efetividade do Judiciário	5	365 dias	640.000,00	640.000,00
Realizar ações de formação para as soluções de tecnologia desenvolvidas no âmbito do projeto	5	365 dias	542.672,29	542.672,29
Apoiar a implantação de rede de parcerias para desenvolvimento tecnológico de ponta em benefício de tecnologias de cumprimento de sentença, execução fiscal e execução	5	365 dias	640.000,00	640.000,00
Realizar assessoria técnica de implantação de plano de sustentabilidade dos novos sistemas e ferramentas fortalecidos/desenvolvidos com apoio do projeto	5	365 dias	640.000,00	640.000,00
Desenvolver soluções tecnológicas, em linguagem de fácil gestão de acervo em lote, que permitam integração com soluções tecnológicas das Procuradorias.	5	365 dias	600.000,00	600.000,00
Desenvolver solução tecnológica de monitoramento da evolução dos sistemas em produção para consumo de público técnico e não técnico, com intuito de confeccionar de BI para apoiar a gestão estratégica do projeto	5	365 dias	509.249,68	509.249,68
TOTAL				18.452.164,09

CONSULTORES PRODUTO					
Natureza da Consultoria	Produto do projeto	Quantidade de consultores	Período previsto para a duração do contrato	Valor total estimado dos serviços, por consultor (USD)	TOTAL (USD)
Desenvolver estratégia de disseminação da PDPJ-Br para os Tribunais brasileiros e entregar relatórios correspondentes sobre atividades realizadas e lições aprendidas	1	13	Máximo de 12 meses	41.250,00	536.250,00



Desenvolvimento de aplicações para desenvolvimento de produtos/subsídios relativos à política de gestão de processos judiciais que integrará a todos os tribunais do país no contexto do Programa Justiça 4.0.	1	15	Máximo de 12 meses	40.000,00	600.000,00
Desenvolvimento de metodologias, soluções e ferramentas que compõem o PJe/PDPJ-BR	1	15	Máximo de 12 meses	45.000,00	675.000,00
Apoio ao planejamento de estratégia de integração total de tribunais com o Codex, a partir de critérios a serem definidos por norma do CNJ	1	15	Máximo de 12 meses	45.000,00	675.000,00
Desenvolvimento de metodologia para o apoio à definição de estratégias para integração de tribunais ao novo modelo de consulta processual e envio de petições iniciais e intermediárias, por meio da utilização dos serviços estruturantes da PDPJ-Br	1	15	Máximo de 12 meses	40.000,00	600.000,00
Desenvolvimento de proposta de alterações arquiteturais na estrutura do sistema PJe, de modo a permitir sua posterior quebra em uma plataforma de microserviços	1	15	Máximo de 12 meses	40.000,00	600.000,00
Desenvolver proposta de metodologias para integração do Sistema Eletrônico de Execução Penal, BNMP e dos sistemas processuais dos tribunais com a PDPJ.	1	13	Máximo de 12 meses	40.000,00	520.000,00
Desenvolvimento de plano de ação para fortalecimento da integração e unificação de soluções no âmbito do Portal de Serviços do Poder Judiciário, incluindo portal de serviços para usuários externos com pelo menos dois serviços básicos: consulta processual e peticionamentos	1	15	Máximo de 12 meses	45.000,00	675.000,00
Desenvolver e apoiar tecnicamente a implantação de plano de ação para fortalecimento da integração e unificação de soluções no âmbito do Portal de Serviços do Poder Judiciário, incluindo gabinete do juiz	1	12	Máximo de 12 meses	42.250,00	507.000,00
Realizar assessoria técnica ao planejamento, implementação e acompanhamento de ações de desenvolvimento de sistemas previstas no Eixo 1 e 2 e garantir que as experiências de usuário estejam alinhadas aos requisitos funcionais e aos objetivos de negócio	1 e 2	15	Máximo de 12 meses	40.000,00	600.000,00
Desenvolvimento e entrega de fluxos, bem como levantamento de especificação de requisitos funcionais e não funcionais de ferramentas de tecnologia para implementação dos Eixos 1 e 2 do projeto	1 e 2	15	Máximo de 12 meses	42.500,00	637.500,00
Testagem das ferramentas desenvolvidas no âmbito do Programa Justiça 4.0 e suporte técnico às atividades de desenvolvimento e homologação das ferramentas e sistemas na Plataforma Digital do Poder Judiciário	1 e 2	15	Máximo de 12 meses	45.000,00	675.000,00
Planejar, conduzir estudos e pesquisas, prototipar e realizar testes a fim de projetar experiências de uso adequadas para as soluções previstas no Eixo 2 do Projeto	2	10	Máximo de 12 meses	46.625,13	466.251,33
Projetar interfaces gráficas de usuário adequadas às experiências de usuário definidas, garantindo sua aderência aos requisitos funcionais, às boas práticas de usabilidade e à identidade visual definida para as soluções	2	15	Máximo de 12 meses	42.250,00	633.750,00



Desenvolver método de avaliação de estratégia de fortalecimento de Data Lake do Poder Judiciário	2	15	Máximo de 12 meses	33.837,57	507.563,55
Realizar levantamento e análise de modelos de consulta processual e envio de petições iniciais e intermediárias, por meio da utilização dos serviços digitais, incluindo e comunicação assíncrona, que apoiem o aprimoramento do modelo nacional de interoperabilidade vigente	3	15	Máximo de 12 meses	45.000,00	675.000,00
Realizar diagnóstico/análise do progresso da implementação da Resolução CNJ 396/2021	4	15	Máximo de 12 meses	40.000,00	600.000,00
Realizar Diagnóstico do estágio da utilização dos sistemas digitais nos Tribunais brasileiros, com entrega de relatórios correspondentes sobre atividades realizadas e lições aprendidas ao longo do projeto	5	15	Máximo de 12 meses	40.000,00	600.000,00
Desenvolvimento da estratégia de mapeamento do processo de refatoração dos sistemas digitais do Poder Judiciário	5	15	Máximo de 12 meses	43.384,05	650.760,77
Realizar levantamento de metodologias utilizadas para integração de sistema eletrônico de execução, sistemas processuais de tribunais, buscando identificar os parâmetros de atendimento da demanda dos usuários e de eficiência e de segurança dos sistemas	1	10	Máximo de 12 meses	33.700,54	337.005,38
Realizar acompanhamento de planos de ação para fortalecimento da integração e unificação de soluções no âmbito do Portal de Serviços do Poder Judiciário, incluindo portal de serviços para usuários externos com pelo menos dois serviços básicos: consulta processual e peticionamentos	1	15	Máximo de 12 meses	42.250,00	633.750,00
Apoio no desenvolvimento de peça de comunicação e divulgação das ferramentas disponibilizadas pela PDPJ-Br com foco na usabilidade e no compartilhamento de soluções com órgãos do Poder Judiciário brasileiro e estrangeiros.	1	15	Máximo de 12 meses	33.837,57	507.563,55
Realizar levantamento de modelos de dados utilizados data lakes voltados à gestão de informações jurídicas e do judiciário com intuito de subsidiar o data lake previsto para ser implantado pelo projeto	2	15	Máximo de 12 meses	45.000,00	675.000,00
Realizar diagnóstico do estágio da utilização dos sistemas digitais do Poder Judiciário, com base em levantamentos e sistematização de do uso pelos tribunais	4	15	Máximo de 12 meses	40.000,00	600.000,00
Realizar diagnóstico do atual status das infraestruturas de suporte aos sistemas com base em mapeamento prévio	4	15	Máximo de 12 meses	40.000,00	600.000,00
Realizar análise comparativa e estudo de alternativas aos gargalos nas taxas de congestionamento de execuções fiscais pendentes no Judiciário brasileiro, bem como das ferramentas de busca de ativos em uso e de integração de sistemas governamentais de pesquisa patrimonial e de bases de dados, incluindo dados das Juntas Comerciais e Registro Civil de Pessoas Naturais, com base em diagnóstico prévio.	5	15	Máximo de 12 meses	43.384,05	650.760,77
Realizar levantamento de boas práticas sobre estratégia para inovação e fortalecimento do uso de tecnologias de cumprimento de sentença, execução fiscal e execução,	5	15	Máximo de 12 meses	40.000,00	600.000,00



a partir das boas práticas mapeadas e do diagnóstico realizado					
Desenvolvimento de pesquisa qualitativa relativa à transferência dos conhecimentos/soluções desenvolvidas por meio do projeto, com avaliação por parte dos gestores, áreas técnicas e usuários dos tribunais.	5	15	Máximo de 12 meses	40.000,00	600.000,00
Realização de levantamento de melhores práticas para compor estudo de caso de projeto de automação e tratamento de dados com foco em ganhos de eficiência e efetividade do Judiciário	5	15	Máximo de 12 meses	43.384,05	650.760,77
Desenvolvimento de pesquisa qualitativa relativa à implantação de soluções de inteligência artificial, em linha com as prioridades identificadas no diagnóstico	5	15	Máximo de 12 meses	40.000,00	600.000,00
Desenvolvimento de pesquisa qualitativa sobre as ações de formação para implantação das soluções de tecnologia desenvolvidas no âmbito do projeto e sua apropriação por parte de gestores, técnicos e usuários dos tribunais.	5	15	Máximo de 12 meses	43.384,05	650.760,77
Realização de avaliação sobre a implantação de plano de sustentabilidade dos novos sistemas e ferramentas fortalecidos/desenvolvidos com apoio do projeto	5	15	Máximo de 12 meses	40.000,00	600.000,00
Realização de estudo sobre a gestão de pessoal nas Varas com competência para cumprimento de sentença, execução fiscal e execução de forma a identificar o cenário para implantação de soluções de tecnologia de forma efetiva	5	15	Máximo de 12 meses	43.384,05	650.760,77
Realização de diagnóstico das linguagens das soluções tecnológicas implantadas, com vistas a analisar a capacidade de gestão de acervo em lote e sua integração com soluções tecnológicas das Procuradorias.	5	15	Máximo de 12 meses	40.000,00	600.000,00
Desenvolvimento de relatório técnico contendo a sistematização de lições aprendidas no desenvolvimento do projeto, incluindo sugestões de melhores práticas a serem adotadas pela gestão.	5	15	Máximo de 12 meses	43.384,05	650.760,77
TOTAL					21.041.198,45



Anexo 4 – Plano de Monitoramento e Avaliação atualizado

De acordo com as políticas e procedimentos do PNUD, o projeto será monitorado e avaliado de acordo com o plano abaixo, considerando a extensão a nova extensão do prazo:

Atividade de Monitoramento			Frequência	Custo	Cronograma														
Progresso dos Resultados			Trimestralmente	Vide plano de trabalho	Ano/mês	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez		
Monitoramento e Gestão de Riscos Usar a matriz de risco anexa e ativar no Atlas, incluir as medidas previstas pelo UNDP's Social and Environmental Standards			Trimestralmente	Vide plano de trabalho	2020														
					2021	QP	TRP	RP/GR/LA						RP/GR/LA			RP/GR/LA		
					2022	QP	TRP	RP/GR/LA						TRP	RP/GR/LA			RP/TPR/LA	
					2023	QP	TRP		RP/TPR/LA					TRP	RP/TPR/LA			RP/TPR/LA	
Lições Aprendidas Registrar e integrar ao projeto			Trimestral ou mediante acordo entre as partes	Vide plano de trabalho	2024	QP	TRP		RP/TPR/LA						RP/TPR/LA				
Revisão Anual da Qualidade do Projeto Analisar os pontos fortes e fracos do projeto de acordo com os padrões de qualidade do PNUD			Anualmente	Vide plano de trabalho	2025	QP	TRP		RP/TPR/LA							RP/TPR/LA			
					2026	QP	TRP		RP/TPR/LA							RP/TPR/LA			
Relatório de Progresso Apresentado ao Comitê do projeto mostrando os resultados atingidos em comparação às metas previstas, atualização da matriz de riscos e medidas de mitigação			Anualmente e ao final do projeto	Vide plano de trabalho	Legenda: PR- Progresso dos Resultados GR- Monitoramento e Gestão de Riscos LA- Lições Aprendidas QP- Revisão Anual da Qualidade do Projeto RP - Relatório de Progresso TPR - Reunião Tripartite Auditorias anuais poderão ainda ser realizadas no projeto, como definido pelas regras do PNUD.														



Reunião Tripartite do Comitê do Projeto (PNUD, ABC e CNJ) Análise do desempenho do projeto, execução orçamentária, revisão do plano multianual, lições aprendidas	Semestralmente	Vide plano de trabalho	
Atualização do SIGAP (CNJ) Registro de informações gerenciais relativas ao Projeto.	Semestralmente	Vide plano de trabalho	

Resultado do Documento de Programa do País CPD para o qual este projeto contribui: "Sociedade pacífica, justa e inclusiva promovida por meio da participação social, transparência e governança democrática, respeitando a laicidade do Estado e garantindo direitos humanos para todos" e "País: sociedade pacífica, justa e inclusiva"																		
Output do Plano Estratégico do PNUD																		
Título do Projeto e Número do Ativo: BSA/20/003 - Aprimoramento da eficiência, da efetividade e da transparência do sistema de processo judicial eletrônico - PJe																		
Produtos Esperados	Atividades Indicativas	Indicadores de Produto*	FONTE DO DADO	Valor	Ano	METAS								FINAL	Método de Coleta do dado			
						Ano 2020	Ano 2021	Ano 2022	Ano 2023	Ano 2024	Ano 2025	Ano 2026						
Produto 1 - Estratégia de desenvolvimento de capacidades e disseminação nacional do Sistema de Processo Judicial Eletrônico (PJe) desenvolvida e validada	1.1 Realizar diagnóstico do estágio da utilização do PJe, com levantamento de campo e sistematização dos dados estatísticos, com foco no estabelecimento de linha de base para monitoramento e avaliação do programa PJe 2020.	Percentual de Desenvolvimento e disseminação do Sistema PJe (de acordo com metas a serem estabelecidas no planejamento anual do projeto)	Relatórios de progresso do projeto	0	2020	0	10%	25%	20%	15%	15%	15%	100%	Relatórios de progresso do projeto				
	1.2 Desenvolver e implantar, em estreita articulação com o CNJ, metodologia de monitoramento e avaliação de progresso e de resultados do Programa PJe 2020 nas diferentes unidades da Federação	Número de diagnósticos sobre os contextos locais das políticas de utilização do PJe	Relatórios de progresso do projeto	0	2020	0	10	10	30	10	10	10	80	Relatórios de progresso do projeto				
	1.3 Desenvolver metodologias de formação e guias de implantação para disseminação nacional do PJe, a partir das diretrizes fornecidas pelo CNJ;	Número de planos de ação locais desenvolvidos, com base nos diagnósticos	Relatórios de progresso do projeto	0	2020	1	1	1	1	1	0	0	4	Relatórios de progresso do projeto				
	1.4 Realizar, em conjunto com o CNJ, ações de capacitação de equipes nas unidades da Federação para implementação do Sistema PJe	Número de oficinas de formação realizadas	Relatórios de progresso do projeto	0	2020	1	1	1	1	1	1	1	7	Relatórios de progresso do projeto				
	1.5 Desenvolver estratégia e realizar integração total de tribunais ao e-Códe, a partir de estudos e ações definidas por conta do CNJ	Número de ações/orçamentos/programas apoiados ou implementados	Relatórios de progresso do projeto	0	2020	1	1	1	1	1	1	1	7	Relatórios de progresso do projeto				
	1.6 Desenvolver, em articulação com o CNJ, subsídios para a promoção do reconhecimento e a documentação, interseção do PJe	Número de capacitações/digitalizações apoiados ou implementados	Relatórios de progresso do projeto	0	2020	1	4	5	5	5	5	5	30	Relatórios de progresso do projeto				
	1.7 Fortalecimento de capacidades estratégicas para integração total do tribunal a um novo modelo de consulta processual e envio de petições iniciais e intermediárias, por meio da utilização dos serviços estruturantes da PDP-Br e comunicação assimétrica, aprimorando o vigente modelo nacional de interoperabilidade (MNI)	Número de documentação/versionamentos implementados	Relatórios de progresso do projeto	0	2020	2	3	5	5	5	2	2	24	Relatórios de progresso do projeto				
	1.8 Elaborar estratégia e subsídios à sustentabilidade e consolidação nacional da implantação do PJe, bem como na garantia de sua interoperabilidade com outros sistemas judiciários	Número de propostas/interfaces implementadas	Relatórios de progresso do projeto	0	2020	0	3	4	5	5	4	3	24	Relatórios de progresso do projeto				
	1.9 Realizar mapeamento e subsídio a implantação de infraestrutura necessária para consolidação e sustentabilidade do PJe	Número de subsídios elaborados	Relatórios de progresso do projeto	0	2020	1	1	1	1	1	1	0	6	Relatórios de progresso do projeto				
	1.10 Realizar diagnóstico/avaliação do estágio da execução processual após implantação do Programa 2020, de modo a possibilitar a aferição dos resultados alcançados	Número de infraestruturas implementadas	Relatórios de progresso do projeto	0	2020	0	1	1	1	1	1	0	5	Relatórios de progresso do projeto				
	1.11. Realização de alterações estruturais na estrutura do sistema PJe, de modo a permitir sua posterior quitação em uma plataforma de microsseguros, permitindo assim seu consumo pelos tribunais e instituições externas, por meio de serviços sob demanda ou aplicativos móveis	Número de diagnósticos realizados	Relatórios de progresso do projeto	0	2020	0	1	1	1	1	1	1	9	Relatórios de progresso do projeto				
	1.12. Disponibilização de funcionalidades adicionais ao PJe/PDP-Br	Número de sistemas ou aplicativos móveis desenvolvidos	Relatórios de progresso do projeto	0	2020	0	0	2	2	2	2	2	1	9	Relatórios de progresso do projeto			
	1.13 Desenvolver e apoiar tecnicamente a implantação metodologia para integração do Sistema Eletrônico de Execução Penal, BNMP e dos sistemas processuais dos tribunais ao PDP-Br	Número de funcionalidades adicionais ao PJe/PDP-Br desenvolvidas	Relatórios de progresso do projeto	0	2020	0	2	3	3	2	1	1	12	Relatórios de progresso do projeto				
	1.14 Realizar avaliação de etapa piloto de disseminação da PDP-Br aos Tribunais brasileiros	Número de metodologias para disseminação da PDP-Br implantadas	Relatórios de progresso do projeto	0	2020	1	1	1	1	1	1	1	7	Relatórios de progresso do projeto				
	1.15 Desenvolver estratégia de sustentabilidade da PDP-Br em âmbito nacional, a partir dos resultados da avaliação da etapa piloto	Número de diagnósticos realizados	Relatórios de progresso do projeto	0	2020	0	1	1	1	1	1	1	5	Relatórios de progresso do projeto				
	1.16 Desenvolver e apoiar tecnicamente a implantação plano de ação para fortalecimento da integração e unificação de soluções no âmbito do Portal de Serviços do Poder Judiciário, incluindo portal de serviços para usuários externos com pelo menos dois serviços básicos: consulta processual e peticionamentos	Número de ações de sustentabilidade executadas	Relatórios de progresso do projeto	0	2020	0	0	1	1	1	1	1	1	4	Relatórios de progresso do projeto			
	1.17 Desenvolver e apoiar tecnicamente a implantação plano de ação para fortalecimento da integração e unificação de soluções no âmbito do Portal de Serviços do Poder Judiciário, incluindo a avaliação das ferramentas tecnológicas utilizadas no PDP-Br, com foco na usabilidade	Número de planos de ação implantados	Relatórios de progresso do projeto	0	2023	0	0	0	0	1	1	1	4	Relatórios de progresso do projeto				
	1.18 Ampliar a estratégia de comunicação e ampliar a divulgação das ferramentas tecnológicas utilizadas no PDP-Br	Número de planos de ação implantados	Relatórios de progresso do projeto	0	2023	0%	0%	0%	0%	25%	25%	25%	25%	100%	Relatórios de progresso do projeto			
	Produtos Esperados	Atividades Indicativas	Indicadores de Produto*	FONTE DO DADO	Valor	Ano	METAS								FINAL	Método de Coleta do dado		
						Ano 2020	Ano 2021	Ano 2022	Ano 2023	Ano 2024	Ano 2025	Ano 2026						
Produto 2 - Subsídios (estruturas, metodologias e ações piloto) para o fortalecimento das políticas de transformação digital no Poder Judiciário desenvolvidos		Percentual de implantação de políticas de transformação digital nas unidades da Federação por meio da integração com os órgãos do sistema de justiça e do executivo, assim como o do trabalho em rede (de acordo com metas a serem estabelecidas no planejamento anual do projeto)	Relatórios de progresso do projeto	0	2020	0	15%	25%	20%	20%	15%	5%	100%	Relatórios de progresso do projeto				
	2.1 Realizar avaliação do histórico e resultados de ações de transformação digital implantadas no Judiciário brasileiro ao longo dos últimos anos, identificando desafios e boas práticas	Número de avaliações realizadas	Relatórios de progresso do projeto	0	2020	1	1	1	1	1	1	1	0	6	Relatórios de progresso do projeto			
	2.2 Realizar benchmarking de boas práticas em uso da tecnologia para ampliação do acesso à justiça, incluindo os aspectos de transparência e governança da aplicação da tecnologia	Número de Benchmarks realizados	Relatórios de progresso do projeto	0	2020	0	1	1	1	1	1	1	0	5	Relatórios de progresso do projeto			
	2.3 desenvolver proposta de aprimoramento da estratégia das políticas de informação do processo judicial, a partir dos estudos e diagnósticos realizados	Número de propostas aprovadas	Relatórios de progresso do projeto	0	2020	0	1	1	1	1	1	1	6	Relatórios de progresso do projeto				
	2.4 desenvolver proposta de fortalecimento dos mecanismos de liderança das políticas de informação do processo judicial	Número de propostas aprovadas	Relatórios de progresso do projeto	0	2020	0	1	2	2	2	2	2	1	10	Relatórios de progresso do projeto			
	2.5 realizar diagnóstico e desenvolver proposta de mecanismos para o fortalecimento do controle e transparência das políticas de informação do processo judicial	Número de propostas aprovadas	Relatórios de progresso do projeto	0	2020	1	2	2	2	2	2	1	12	Relatórios de progresso do projeto				
	2.6 desenvolver e implantar metodologia de monitoramento que permita o acompanhamento e avaliação dos seguintes elementos: a estrutura da governança, o efetivo cumprimento das estratégias de implantação do PJe e as metas e indicadores relacionados aos resultados da política frente aos ganhos de celeridade, acessibilidade, usabilidade e economicidade, dentre outros	Número de acompanhamentos e avaliações realizados	Relatórios de progresso do projeto	0	2020	5	10	12	15	12	12	5	71	Relatórios de progresso do projeto				
	2.7 desenvolver metodologia de implantação de políticas de transformação digital fomentando a integração entre os órgãos da justiça federal visando criar rede escalonada de gestão de dados de administração judiciária	Número de acompanhamentos e avaliações realizados	Relatórios de progresso do projeto	0	2020	0	5	10	15	15	10	5	60	Relatórios de progresso do projeto				
	2.8 implantar políticas de transformação digital, a partir da metodologia já estabelecida, garantindo a integração entre os órgãos da justiça visando criar rede nacional de gestão de dados de administração judiciária	Número das metodologias testadas e aprovadas e implantadas	Relatórios de progresso do projeto	0	2020	0	10	20	20	20	20	5	95	Relatórios de progresso do projeto				
	2.9 desenvolver e implantar metodologia piloto de ação local para fomentar a inovação e transformação digital no âmbito dos tribunais brasileiros	Número das metodologias testadas e aprovadas e implantadas	Relatórios de progresso do projeto	0	2020	5	20	20	20	20	20	10	115	Relatórios de progresso do projeto				
	2.10 Realizar avaliação da metodologia desenvolvida a partir da implementação do projeto piloto da estratégia de fomento à inovação e transformação digital no âmbito dos tribunais brasileiros	Número de diagnósticos realizados	Relatórios de progresso do projeto	0	2020	0	5	10	10	10	10	5	50	Relatórios de progresso do projeto				
	2.11 desenvolver estratégia de sustentabilidade das ações de inovação e transformação digital no âmbito dos tribunais brasileiros, a partir dos resultados da avaliação realizada	Número de acompanhamentos e capacitações locais realizados	Relatórios de progresso do projeto	0	2020	0	5	10	10	10	10	5	50	Relatórios de progresso do projeto				
Produto 3 - Gestão eficiente e gestão de conhecimento do projeto realizadas	2.12 Desenvolver, apoiar tecnicamente a implantação e avaliar estratégia de fortalecimento de Data Lake do Poder Judiciário	Número de acompanhamentos realizados	Relatórios de progresso do projeto	0	2023	0	0	0	0	1	2	2	7	Relatórios de progresso do projeto				
						METAS												
						Ano 2020	Ano 2021	Ano 2022	Ano 2023	Ano 2024	Ano 2025	Ano 2026						
		Indicadores de Produto*	FONTE DO DADO	Valor	Ano								FINAL	Método de Coleta do dado				
		Percentual de ações de gestão, boas práticas e transferência de conhecimento no âmbito do projeto	Relatórios de progresso do projeto	0	2020	0	15%	20%	25%	15%	15%	10%	100%	Relatórios de progresso do projeto				
	3.1 Desenvolver plano detalhado de monitoramento e avaliação do projeto	Número de planos de monitoramento elaborados (planos anuais)	Relatórios de progresso do projeto	0	2020	1	1	1	1	1	1	1	7	Relatórios de progresso do projeto				
Produto 4 - Modelo da refratagem de sistemas digitais do Poder Judiciário para modularização e aprimoramento da automação do cumprimento de sentença, execução fiscal e execução desenvolvida	3.2 Estruturar equipe de unidade gestora para gestão/implementação do projeto	Número de reuniões/reunidos de monitoramento realizadas	Relatórios de progresso do projeto	0	2020	0	48	48	48	48	48	288	Relatórios de progresso do projeto					
	3.3 Realizar missões de monitoramento do projeto	Número de missões realizadas	Relatórios de progresso do projeto	0	2020	0	2	2	2	2	2	2	12	Relatórios de progresso do projeto				
	3.4 Realizar reuniões periódicas e evento semestral de apresentação, avaliação e compartilhamento de experiências do projeto	Número de reuniões de CAP realizadas	Relatórios de progresso do projeto	0	2020	0	2	2	2	2	2	2	12	Relatórios de progresso do projeto				
	3.5 Identificar, sistematizar e disseminar novas metodologias e boas práticas desenvolvidas no âmbito do projeto, inclusive boas práticas adequadas ao segmento da justiça federal	Número de metodologias testadas e aprovadas e implantadas	Relatórios de progresso do projeto	0	2020	2	2	2	2	2	2	2	14	Relatórios de progresso do projeto				
	3.6 Realizar auditoria e avaliação final do projeto	Avaliação final realizada	Relatórios de progresso do projeto	0	2020	0	0	0	0	0	0	1	1	Relatórios de progresso do projeto				
						METAS												
						Ano 2020	Ano 2021	Ano 2022	Ano 2023	Ano 2024	Ano 2025	Ano 2026						
Produto 5: Estratégia de automação e desenvolvimento de sistemas que direta ou indiretamente evoluam execuções concebidas e avaliadas	4.1. Realizar diagnóstico do estágio da utilização dos sistemas digitais do Poder Judiciário, com levantamento e sistematização de fluxos e dados para definição de prioridades, preparando para a implementação e avaliação posterior do projeto	Número de diagnósticos realizados	Relatórios de progresso do projeto	0	2023	0	0	0	0	0	1	2	1	4	Relatórios de progresso do projeto			
	4.2 Promover assessoria técnica de apoio à implantação de estratégia de fomento à inovação e transformação digital para subsídio a etapa de preparação para a implementação	Número de planos realizados	Relatórios de progresso do projeto	0	2023	0	0	0	0	0	5	10	10	25	Relatórios de progresso do projeto			
	4.3 Realizar mapeamento do atual status das infraestruturas de suporte aos sistemas prioritizados neste produto e dar suporte às ações necessárias à sua melhoria	Número de soluções elaboradas	Relatórios de progresso do projeto	0	2023	0	0	0	0	0	0	10	15	10	35	Relatórios de progresso do projeto		
	5.1 Realizar diagnóstico sobre taxa de cumprimento de execuções fiscais pendentes no Judiciário brasileiro, bem como dos instrumentos de base de dados em uso e de integração de sistemas governamentais de pesquisa patrimonial e de bases de dados, incluindo dados das Juntas Comerciais e Registro Civil de Pessoas Naturais	Porcentagem de diagnóstico realizado	Relatórios de progresso do projeto	0	2023	0	0%	0%	0%	10%	30%	30%	30%	100%	Relatórios de progresso do projeto			
	5.2 Realizar mapeamento nacional/intersetorial de boas práticas em uso de tecnologias disruptivas de cumprimento de sentença, execução fiscal e execução, em linha com as áreas prioritárias identificadas no diagnóstico	Porcentagem de mapeamento realizado	Relatórios de progresso do projeto	0	2023	0	0%	0%	0%	10%	25%	25%	10%	70%	Relatórios de progresso do projeto			
	5.3 Desenvolver estratégia para aquisição e fortalecimento do uso de tecnologias de cumprimento de sentença, execução fiscal e execução, a partir de boas práticas mapeadas e do diagnóstico realizado	Número de relatórios realizados	Relatórios de progresso do projeto	0	2023	0	0	0	0	0	1	4	4	13	Relatórios de progresso do projeto			
	5.4 Realizar assessoria técnica à implantação de novas soluções desenvolvidas, em articulação com os sistemas processuais eletrônicos e no PJe Nacional e PDP-Br, com transferência integral dos conhecimentos/soluções desenvolvidas	Número de assessorias realizadas	Relatórios de progresso do projeto	0	2023	0	0	0	0	0	0	5	10	10	25	Relatórios de progresso do projeto		
	5.5 Desenvolver metodologias e sistemas prioritários para efetiva automação e tratamento de dados com foco em ganhos de eficiência e efetividade do Judiciário	Número de relatórios realizados	Relatórios de progresso do projeto	0	2023	0	0	0	0	0	1	4	4	13	Relatórios de progresso do projeto			
	5.6 Desenvolver e realizar assessoria técnica à implantação de soluções de inteligência artificial, em linha com as prioridades identificadas no diagnóstico	Número de assessorias realizadas	Relatórios de progresso do projeto	0	2023	0	0	0	0	0	0	5	10	10	25	Relatórios de progresso do projeto		
	5.7 Realizar ações de formação para implantação das soluções de tecnologia desenvolvidas no âmbito do projeto	Número de capacitações realizadas	Relatórios de progresso do projeto	0	2023	0	0	0	0	0	0	10	10	5	25	Relatórios de progresso do projeto		
	5.8 Estabelecer rede de parcerias para desenvolvimento tecnológico de ponta em benefício de tecnologias de cumprimento de sentença, execução fiscal e execução	Porcentagem da rede estabelecida	Relatórios de progresso do projeto	0	2023	0	0%	0%	0%	10%	30%	30%	30%	100%	Relatórios de progresso do projeto			
Produto 6: Realização de ações de fortalecimento de sistemas de suporte aos sistemas e ferramentas tecnológicas desenvolvidas com apoio do projeto	5.9 Elaborar e realizar assessoria técnica à implantação de plano de sustentabilidade dos novos sistemas e ferramentas tecnológicas desenvolvidas com apoio do projeto	Número de assessorias realizadas	Relatórios de progresso do projeto	0	2023	0	0	0	0	0	5	10	10	25	Relatórios de progresso do projeto			
	5.10 Realizar diagnóstico da gestão de pessoal nas Varas com competência para cumprimento de sentença, execução fiscal e execução de forma a identificar o cenário para implantação de soluções de tecnologia de forma efetiva	Número de relatórios realizados	Relatórios de progresso do projeto	0	2023	0	0	0	0	1	4	4	4	13	Relatórios de progresso do projeto			
	5.11 Desenvolver soluções tecnológicas, em linguagem de fácil gestão de acesso em lote, que permitam integração com soluções tecnológicas das Procuradorias	Soluções tecnológicas desenvolvidas	Relatórios de progresso do projeto	0	2023	0	0	0	0	1	5	10	10	26	Relatórios de progresso do projeto			

Anexo 2. Plano de Trabalho Plurianual (USD)																			
Produtos Esperados	ATIVIDADES PLANEJADAS APÓS REVISÃO SUBSTANTIVA	Orçamento Planejado Por Ano							Responsável pela implementação	Fonte de Recursos	Nº e Descrição da linha orçamentaria	Orçamento Planejado							
		ANO 1 (2020) *	ANO 2 (2021)	ANO 3 (2022)	ANO 4 (2023)	ANO 5 (2024)	ANO 6 (2025)	ANO 7 (2026)				ANO 1 (2020)*	ANO 2 (2021)	ANO 3 (2022)	ANO 4 (2023)	ANO 5 (2024)	ANO 6 (2025)	ANO 7 (2026)	Total - USD
Produto 1 - Estratégia de desenvolvimento de capacidades e disseminação nacional do Sistema de Processo Judicial Eletrônico (PJe) desenvolvida e avaliada	1.1 Realizar diagnóstico do estágio da utilização do PJe, com levantamento de campo e sistematização dos dados estatísticos, com foco no estabelecimento de linha de base para monitoramento e avaliação do programa PJE2020.		x	x	x	x			CNU e PNUD	CNU	72100 – Subcontratos		128.462,96	187.751,18	922.847,76	4.394.073,69	4.394.073,69	3.472.544,28	13.499.753,55
	1.2 Desenvolver e implantar, em estreita articulação com o CNU, metodologia de monitoramento e avaliação de progresso e de resultados do Programa Pje 2020 nas diferentes unidades da federação.		x	x	x	x	x	x	CNU e PNUD	CNU	74500 – Equipamentos			216.368,68	926,71	4.412,45	4.412,45	3.487,07	229.607,36
	1.3 Desenvolver metodologias de formação e guias de implantação para disseminação nacional do Pje, a partir das diretrizes fornecidas pelo CNU.		x	x	x	x	x	x	CNU e PNUD	CNU	71600 – Viagens			20.740,74	98.755,56	98.755,56	78.044,44	296.296,30	
	1.4 Realizar, em conjunto com o CNU, ações de capacitação de equipes nas unidades da federação para implantação e utilização do Sistema Pje		x	x	x	x	x	x	CNU e PNUD	CNU	71300 – Consultoria		78.920,91	324.472,64	615.231,84	2.929.382,46	2.929.382,46	2.315.029,52	9.192.419,82
	1.5. Desenvolver estratégia e realizar integração total de tribunais com o Codex, a partir de critérios a serem definidos por norma do CNU.		x	x	x	x	x	x	CNU e PNUD	CNU									
	1.6. Desenvolver, em articulação com o CNU, subsídios para a promoção do versionamento e a documentação integrado do Pje.		x	x	x	x	x	x	CNU e PNUD	CNU									
	1.7. Fortalecimento de capacidades estratégicas para integração total de tribunais a um novo modelo de consulta processual e envio de petições iniciais e intermediárias, por meio da utilização dos serviços estruturantes da PDPJ-Br e comunicação assíncrona, aprimorando o vigente modelo nacional de interoperabilidade (MNI)		x	x	x	x	x	x	CNU e PNUD	CNU									
	1.8 Elaborar estratégia e subsídios à sustentabilidade e consolidação nacional da implantação do Pje, bem como na garantia de sua interoperabilidade com outros sistemas informatizados;		x	x	x	x	x	x	CNU e PNUD	CNU									
	1.9 Realizar mapeamento e subsidiar a implantação de infraestrutura necessária para consolidação e sustentabilidade do Pje		x	x	x	x	x		CNU e PNUD	CNU									
	1.10 Realizar diagnóstico/avaliação do estágio da execução processual após implantação do Programa 2020, de modo a possibilitar a aferição dos resultados alcançados		x	x	x	x	x	x	CNU e PNUD	CNU									
	1.11. Realização de alterações arquiteturais na estrutura do sistema Pje, de modo a permitir sua posterior quebra em uma plataforma de micros serviços, permitindo assim seu consumo pelos tribunais e instituições externas, por meio de serviços próprios ou aplicativos móveis				x	x	x	x	CNU e PNUD	CNU									
	1.12. Disponibilização de funcionalidades adicionais ao PJE/PDPJ-Br a serem desenvolvidas		x	x	x	x	x	x	CNU e PNUD	CNU									
	1.13 Desenvolver e apoiar tecnicamente a implantação metodologias para integração do Sistema Eletrônico de Execução Penal, BNMP e dos sistemas processuais dos tribunais com a PDPJ.		x	x	x	x	x	x	CNU e PNUD	CNU									
	1.14 Realizar avaliação da etapa piloto de disseminação da PDPJ-BR aos Tribunais brasileiros		x	x	x	x	x	x	CNU e PNUD	CNU									
	1.15 Desenvolver estratégia de sustentabilidade da PDPJ-BR em âmbito nacional, a partir dos resultados da avaliação da etapa piloto			x	x	x	x	x	CNU e PNUD	CNU									
	1.16 Desenvolver e apoiar tecnicamente a implantação plano de ação para fortalecimento da integração e unificação de soluções no âmbito do Portal de Serviços do Poder Judiciário, incluindo portal de serviços para usuários externos com pelo menos dois serviços básicos: consulta processual e peticionamentos				x	x	x	x	CNU e PNUD	CNU									
	1.17 Desenvolver e apoiar tecnicamente a implantação plano de ação para fortalecimento da integração e unificação de soluções no âmbito do Portal de Serviços do Poder Judiciário, incluindo gabinete do juiz					x	x	x	CNU e PNUD	CNU									
	1.18 Ampliar a estratégia de comunicação e ampliar a divulgação das ferramentas disponibilizadas na PDPJ-Br com foco na usabilidade.																		
												-	207.383,87	728.592,49	1.559.747,05	7.426.624,15	7.426.624,15	5.869.105,31	23.218.077,02
Produto 2 - Subsídios (estudos, metodologias e ações piloto) para o fortalecimento das políticas de transformação digital no Poder Judiciário desenvolvidos	2.1 Realizar avaliação do histórico e resultados de ações de transformação digital implantadas no Judiciário brasileiro ao longo dos últimos anos, identificando desafios e boas práticas		x						CNU e PNUD	CNU	72100 – Subcontratos				334.953,56	1.594.857,43	1.594.857,43	1.260.382,38	4.785.050,81
	2.2 Realizar benchmarking de boas práticas em uso da tecnologia para ampliação do acesso à justiça, incluindo as aspectos de transparência e governança da aplicação da tecnologia		x						CNU e PNUD	CNU	74500 – Equipamentos				926,71	4.412,45	4.412,45	3.487,07	13.238,68
	2.3 desenvolver proposta de aprimoramento da estratégia das políticas de informatização do processo judicial, a partir dos estudos e diagnósticos realizados		x						CNU e PNUD	CNU	71600 – Viagens			396.454,68	20.740,74	98.755,56	98.755,56	78.044,44	692.750,98
	2.4 desenvolver proposta de fortalecimento dos mecanismos de liderança das políticas de informatização do processo judicial		x	x	x	x	x		CNU e PNUD	CNU	71300 – Consultoria		107.787,73	190.594,23	223.302,37	1.063.238,29	1.063.238,29	840.254,92	3.488.415,83
	2.5 realizar diagnóstico e desenvolver proposta de mecanismos para o fortalecimento do controle e transparência das políticas de informatização do processo judicial;		x	x	x	x	x	x	CNU e PNUD	CNU									
	2.6 desenvolver e implantar metodologia de monitoramento que permita o acompanhamento e avaliação dos seguintes elementos: a estrutura de governança, o efetivo cumprimento dos cronogramas de implantação do Pje e as metas e indicadores relacionados aos resultados da política frente aos ganhos de celeridade, acessibilidade, usabilidade e economicidade, dentre outros;		x	x	x	x	x	x	CNU e PNUD	CNU									
	2.7 Desenvolver metodologia de implantação de políticas de transformação digital fomentando a integração entre os órgãos da justiça federal visando criar rede escalonada de gestão de dados de administração judiciária		x	x	x	x	x	x	CNU e PNUD	CNU									
	2.8 Implantar políticas de transformação digital, a partir da metodologia já estabelecida, garantindo a integração entre os órgãos da justiça visando criar rede escalonada de gestão de dados de administração judiciária.		x	x	x	x	x	x	CNU e PNUD	CNU									
	2.9 Desenvolver e implantar metodologia piloto de ação local para fomento à inovação e transformação digital no âmbito dos tribunais brasileiros.				x	x	x	x	x	CNU e PNUD	CNU								
	2.10 Realizar avaliação da metodologia desenvolvida a partir da implementação do projeto piloto da estratégia de fomento à inovação e transformação digital no âmbito dos tribunais brasileiros				x	x	x	x	x	CNU e PNUD	CNU								
	2.11Desenvolver estratégia de sustentabilidade das ações de inovação e transformação digital no âmbito dos tribunais brasileiros, a partir dos resultados da avaliação realizada				x	x	x	x	x	CNU e PNUD	CNU								
	2.12 Desenvolver, apoiar tecnicamente a implantação e avaliar estratégia de fortalecimento de Data Lake do Poder Judiciário				x	x	x	x	x	CNU e PNUD	CNU								
												0,00	107.787,73	587.048,91	579.923,38	2.761.263,73	2.761.263,73	2.182.168,82	8.979.456,30
	3.1 Desenvolver plano detalhado de monitoramento e avaliação do projeto		x						CNU e PNUD	CNU	72100 – Subcontratos				210.082,55	1.000.293,07	1.000.293,07	790.510,63	3.001.179,33
	3.2 Estruturar equipe da unidade gestora para gestão/implementação do projeto		x	x	x	x	x		CNU e PNUD	CNU	74500 – Equipamentos				926,71	4.412,45	4.412,45	3.487,07	13.238,68
	3.3 Realizar missões de monitoramento do projeto		x	x	x	x	x	x	CNU e PNUD	CNU	71600 – Viagens			40.224,45	20.740,74	98.755,56	98.755,56	78.044,44	336.520,75

Produto 3 - Gestão eficiente e gestão de conhecimento do projeto realizadas.	3.4 Realizar reuniões periódicas e evento semestral de apresentação, avaliação e compartilhamento de experiências do projeto			x	x	x	x	x	x	CNU e PNUD	CNU	71300 – Consultoria			29.294,31	18.533,51	140.055,04	666.862,05	666.862,05	527.007,09	2.048.614,04	
	3.5 Identificar, sistematizar e disseminar novas metodologias e boas práticas desenvolvidas no âmbito do projeto, inclusive boas práticas adequadas ao segmento da Justiça Federal			x	x	x	x	x	x	CNU e PNUD	CNU											
	3.6 Realizar auditoria e avaliação final do projeto			x	x	x	x	x	x	CNU e PNUD	CNU											
														0,00	29.294,31	58.757,96	371.805,04	1.770.323,13	1.770.323,13	1.399.049,24	5.399.552,80	
Produto 4 - Modelo da refatoração de sistemas digitais do Poder Judiciário para modularização e aprimoramento da automação do cumprimento de sentença, execução fiscal e execução desenvolvida	4.1 Realizar diagnóstico do estágio da utilização dos sistemas digitais do Poder Judiciário, com levantamento e sistematização de fluxos e dados para definição de prioridades, preparação para a refatoração e avaliação posterior ao seu desenvolvimento.					x	x			CNU e PNUD	CNU	72100 – Subcontratos					295.648,77	1.407.710,49	1.407.710,49	1.112.484,08	4.223.553,83	
	4.2 Promover assessoria técnica de apoio à implantação de estratégia de fomento à inovação e transformação digital para subsidiar a etapa de preparação para refatoração					x	x	x		CNU e PNUD	CNU	74500 – Equipamentos					926,71	4.412,45	4.412,45	3.487,07	13.238,68	
	4.3 Realizar mapeamento do atual status das infraestruturas de suporte aos sistemas priorizados neste produto e dar suporte às ações necessárias à sua melhoria					x	x	x	x	CNU e PNUD	CNU	71600 – Viagens					20.740,74	98.755,56	98.755,56	78.044,44	296.296,30	
													71300 – Consultoria				197.099,18	938.473,66	938.473,66	741.656,05	2.815.702,55	
														0,00		0,00	0,00	514.415,39	2.449.352,16	2.449.352,16	1.935.671,64	7.348.791,36
Produto 5: Estratégia de automação e desenvolvimento de sistemas que direta ou indiretamente envolvam execuções concebidas e avaliadas	5.1 Realizar diagnóstico sobre taxa de congestionamento de execuções fiscais pendentes no Judiciário brasileiro, bem como das ferramentas de busca de ativos em uso e de integração de sistemas governamentais de pesquisa patrimonial e de bases de dados, incluindo dados das Juntas Comerciais e Registro Civil de Pessoas Naturais.					x	x			CNU e PNUD	CNU	72100 – Subcontratos					367.084,85	1.747.848,30	1.747.848,30	1.381.287,85	5.244.069,30	
	5.2 Realizar mapeamento nacional e internacional de boas práticas em uso de tecnologias disruptivas de cumprimento de sentença, execução fiscal e execução, em linha com as áreas prioritárias identificadas no diagnóstico.					x	x	x		CNU e PNUD	CNU	74500 – Equipamentos					926,71	4.412,45	4.412,45	3.487,07	13.238,68	
	5.3 Desenvolver estratégia para inovação e fortalecimento do uso de tecnologias de cumprimento de sentença, execução fiscal e execução, a partir das boas práticas mapeadas e do diagnóstico realizado.					x	x	x	x	CNU e PNUD	CNU	71600 – Viagens					20.740,74	98.755,56	98.755,56	78.044,44	296.296,30	
	5.4 Realizar assessoria técnica à implantação de novas soluções desenvolvidas, em articulação com os sistemas processuais eletrônicos e no Pie-Nacional e PDJP-Br, com transferência integral dos conhecimentos/soluções desenvolvidas.						x	x	x	CNU e PNUD	CNU	71300 – Consultoria					244.723,23	1.165.232,20	1.165.232,20	920.858,57	3.496.046,20	
	5.5 Desenvolver metodologias e sistemas prioritários para efetiva automação e tratamento de dados com foco em ganhos de eficiência e efetividade do Judiciário					x	x	x	x	CNU e PNUD	CNU											
	5.6 Desenvolver e realizar assessoria técnica à implantação de soluções de inteligência artificial, em linha com as prioridades identificadas no diagnóstico.					x	x	x	x	CNU e PNUD	CNU											
	5.7 Realizar ações de formação para implantação das soluções de tecnologia desenvolvidas no âmbito do projeto.						x	x	x	CNU e PNUD	CNU											
	5.8 Estabelecer rede de parcerias para desenvolvimento tecnológico de ponta em benefício de tecnologias de cumprimento de sentença, execução fiscal e execução						x	x	x	CNU e PNUD	CNU											
	5.9 Elaborar e realizar assessoria técnica à implantação de plano de sustentabilidade dos novos sistemas e ferramentas fortalecidos/desenvolvidos com apoio do projeto						x	x	x	CNU e PNUD	CNU											
	5.10 Realizar diagnóstico da gestão de pessoal nas Varas com competência para cumprimento de sentença, execução fiscal e execução de forma a identificar o cenário para implantação de soluções de tecnologia de forma efetiva						x	x	x	CNU e PNUD	CNU											
	5.11 Desenvolver soluções tecnológicas, em linguagem de fácil gestão de acervo em lote, que permitam integração com soluções tecnológicas das Procuradorias.					x	x	x	x	CNU e PNUD	CNU											
Subtotal														0,00	0,00	0,00	633.475,53	3.016.248,51	3.016.248,51	2.383.677,94	9.049.650,49	
General Management Support (GMS) - Execução Direta pelo PNUD														0,00	344.465,91	1.374.399,36	3.659.366,39	17.423.811,67	17.423.811,67	13.769.672,95	53.995.527,96	
TOTAL														0,00	17.222,25	68.736,06	182.968,32	871.190,58	871.190,58	688.468,60	2.699.776,39	
* O ano de 2020 foi incluído apenas por conta do mês de dezembro, quando o PRODOC foi assinado.														0,00	361.688,16	1.443.135,42	3.842.334,71	18.295.002,26	18.295.002,26	14.458.141,55	56.695.304,36	

* O ano de 2020 foi incluído apenas por conta do mês de dezembro, quando o PRODOC foi assinado.

Compras de equipamentos				
Objeto da Parceria	Produto do projeto	Valor unitário	Quantidade	Valor estimado (USD)
Estação de trabalho de alto desempenho	1, 2, 3, 4 e 5	5.353,08	15	80.296,20
Estação de trabalho de médio desempenho	1, 2, 3, 4 e 5	3.261,85	15	48.927,74
Notebook de alto desempenho	1, 2, 3, 4 e 5	4.354,86	15	65.322,93
Notebook de médio desempenho	1, 2, 3, 4 e 5	2.806,00	15	42.089,99
Aquisição de ferramenta para teste automatizado de código	1, 2, 3, 4 e 5	22.962,61	2	45.925,22
TOTAL				282.562,09

Diárias e passagens				
Objeto das viagens	Produto do projeto	Valor unitário das viagens da equipe	Quantidade de viagens	Valor estimado (USD)
1º Ciclo de disseminação do Programa (2 duas viagens por missão com 5 pessoas)	1, 2, 3, 4 e 5	10.000,00	10	100.000,00
1º Ciclo de disseminação do Programa (2 duas viagens por missão com 5 pessoas)	1, 2, 3, 4 e 5	10.000,00	10	100.000,00
1º Ciclo de disseminação do Programa (2 duas viagens por missão com 5 pessoas)	1, 2, 3, 4 e 5	10.000,00	10	100.000,00
1º Ciclo de disseminação do Programa (2 duas viagens por missão com 5 pessoas)	1, 2, 3, 4 e 5	10.000,00	10	100.000,00
1º Ciclo de disseminação do Programa (2 duas viagens por missão com 5 pessoas)	1, 2, 3, 4 e 5	10.000,00	10	100.000,00
1º Ciclo de disseminação do Programa (2 duas viagens por missão com 5 pessoas)	1, 2, 3, 4 e 5	10.000,00	10	100.000,00
1º Ciclo de disseminação do Programa (2 duas viagens por missão com 5 pessoas)	1, 2, 3, 4 e 5	10.000,00	10	100.000,00
1º Ciclo de disseminação do Programa (2 duas viagens por missão com 5 pessoas)	1, 2, 3, 4 e 5	10.000,00	10	100.000,00
1º Ciclo de disseminação do Programa (2 duas viagens por missão com 5 pessoas)	1, 2, 3, 4 e 5	10.000,00	10	100.000,00
1º Ciclo de disseminação do Programa (2 duas viagens por missão com 5 pessoas)	1, 2, 3, 4 e 5	10.000,00	10	100.000,00
1º Ciclo de disseminação do Programa (2 duas viagens por missão com 5 pessoas)	1, 2, 3, 4 e 5	10.000,00	10	100.000,00
1º Ciclo de disseminação do Programa (2 duas viagens por missão com 5 pessoas)	1, 2, 3, 4 e 5	10.000,00	10	100.000,00
1º Ciclo de disseminação do Programa (2 duas viagens por missão com 5 pessoas)	1, 2, 3, 4 e 5	10.000,00	10	100.000,00
Ciclo 1 - 2 viagens por mês feita por equipe de 5 pessoas	1, 2, 3, 4 e 5	9.500,00	12	114.000,00
Ciclo 2 - 2 viagens por mês feita por equipe de 5 pessoas	1, 2, 3, 4 e 5	9.500,00	12	114.000,00
Ciclo 3 - 2 viagens por mês feita por equipe de 5 pessoas	1, 2, 3, 4 e 5	9.500,00	12	114.000,00
Ciclo 4 - 2 viagens por mês feita por equipe de 5 pessoas	1, 2, 3, 4 e 5	9.500,00	12	114.000,00
Ciclo 5 - 2 viagens por mês feita por equipe de 5 pessoas	1, 2, 3, 4 e 5	9.500,00	12	114.000,00
Viagens internacionais de divulgação do programa	1, 2, 3, 4 e 5	4.816,06	10	48.160,61
TOTAL				1.918.160,61

Carta Acordo - Instituição Sub-Executora			
Objeto da Parceria	Produto do projeto	Parceiro	Valor estimado (USD)
Parcerias com Universidades Públicas e/ou seleção de Instituições Sub-Executoras que atuarão na realização de pesquisas e avaliações relacionadas à aplicação da tecnologia para a gestão processual, assim como no desenvolvimento e assessoria à implantação de metodologias de formação	1	Universidades Públicas e/ou seleção de Instituições Sub-Executoras	500.000,00
Parcerias com Universidades Públicas e/ou seleção de Instituições Sub-Executoras que atuarão na realização de pesquisas e avaliações relacionadas ao desenvolvimento de metodologias para disseminação da PDPJ-Br para todos os Tribunais brasileiros	1	Universidades Públicas e/ou seleção de Instituições Sub-Executoras	350.000,00
Parcerias com Universidades Públicas e/ou seleção de Instituições Sub-Executoras que atuarão na construção de subsídios (estudos, metodologias e ações piloto) para o desenvolvimento de estratégia de integração total de tribunais com o Codex	1	Universidades Públicas e/ou seleção de Instituições Sub-Executoras	350.659,02
Parcerias com Universidades Públicas e/ou seleção de Instituições Sub-Executoras que atuarão na construção de subsídios (estudos, metodologias e ações piloto) para o fortalecimento de capacidades estratégicas para integração de tribunais a um novo modelo de consulta processual e envio de petições iniciais e intermediárias, aprimorando o vigente modelo nacional de interoperabilidade (MNI)	1	Universidades Públicas e/ou seleção de Instituições Sub-Executoras	358.410,65

Parcerias com Universidades Públicas e/ou seleção de Instituições Sub-Executoras que atuarão na construção de subsídios (estudos, metodologias e ações piloto) para o desenvolvimento de metodologias para integração do Sistema Eletrônico de Execução Penal e dos sistemas processuais dos tribunais com a PDPJ.	1	Universidades Públicas e/ou seleção de Instituições Sub-Executoras	374.000,00
Parcerias com Universidades Públicas e/ou seleção de Instituições Sub-Executoras que atuarão na construção de subsídios (estudos, metodologias e ações piloto) para o fortalecimento das políticas de transformação digital no Poder Judiciário	2	Universidades Públicas e/ou seleção de Instituições Sub-Executoras	450.000,00
Parcerias com Universidades Públicas e/ou seleção de Instituições Sub-Executoras que atuarão na construção de subsídios (estudos, metodologias e ações piloto) para a avaliação de estratégia de fortalecimento do Data Lake do Poder Judiciário	2	Universidades Públicas e/ou seleção de Instituições Sub-Executoras	450.000,00
Parcerias com Universidades Públicas e/ou seleção de Instituições Sub-Executoras que atuarão identificação dos fluxos nos procedimentos de execução forçada nas esferas cível, trabalhista, criminal e, especialmente, nos executivos fiscais para identificar os gargalos de estrangulamento que atrasam ou impedem a pronta resposta do Poder Judiciário	4	Universidades Públicas e/ou seleção de Instituições Sub-Executoras	375.000,00
Parcerias com Universidades Públicas e/ou seleção de Instituições Sub-Executoras que atuarão na criação de um instrumento de medição do grau de adesão dos sistemas existentes ao Modelo de Requisitos para Sistemas Informatizados do Poder Judiciário	4	Universidades Públicas e/ou seleção de Instituições Sub-Executoras	357.000,00
Parcerias com Universidades Públicas e/ou seleção de Instituições Sub-Executoras que atuarão na definição de estratégia para a correção das causas de estrangulamento identificadas e o desenvolvimento de soluções tecnológicas que ampliem o grau de aderência de sistemas ao MoReq-Jus, bem como permitam apoiar a evolução gradual e não compulsória de ferramentas digitais empregadas em processos que contêm fluxos de execução forçada	5	Universidades Públicas e/ou seleção de Instituições Sub-Executoras	385.000,00
Parcerias com Universidades Públicas e/ou seleção de Instituições Sub-Executoras que atuarão no desenho metodológico para a abordagem do tratamento dos processos desde a fase de conhecimento, considerando que a execução, quando não fundada em título executivo não judicial, depende de dados e metadados produzidos na fase anterior	5	Universidades Públicas e/ou seleção de Instituições Sub-Executoras	285.000,00
Parcerias com Universidades Públicas e/ou seleção de Instituições Sub-Executoras que atuarão no desenho de cenários de teste e avaliação dos módulos desenvolvidos com vistas a garantir a plena aplicação dos processos incrementais de desenvolvimento de software por meio do uso de métodos ágeis	5	Universidades Públicas e/ou seleção de Instituições Sub-Executoras	388.000,00
Parcerias com Universidades Públicas e/ou seleção de Instituições Sub-Executoras que atuarão no mapeamento da arquitetura de sistemas necessária para suportar o ajuste dos módulos de trabalho, de forma que esta possa ser gradualmente ampliada conforme a necessidade, buscando sempre contemplar características inovadoras e disruptivas para automatizar a fase executória	5	Universidades Públicas e/ou seleção de Instituições Sub-Executoras	388.000,00
Parcerias com Universidades Públicas e/ou seleção de Instituições Sub-Executoras que atuarão no levantamento de práticas recorrentes, inovadoras e bem-sucedidas, discernindo quais delas podem ser replicadas em contexto do Judiciário nacional.	5	Universidades Públicas e/ou seleção de Instituições Sub-Executoras	386.099,38
Parcerias com Universidades Públicas e/ou seleção de Instituições Sub-Executoras que atuarão na garantia da sustentabilidade dos resultados alcançados no projeto, prevendo ainda a elaboração de uma estratégia de difusão, capacitação e sustentabilidade para consolidação nacional dos sistemas e ferramentas desenvolvidos.	5	Universidades Públicas e/ou seleção de Instituições Sub-Executoras	380.000,00
Parcerias com Universidades Públicas e/ou seleção de Instituições Sub-Executoras que atuarão na automatização de pesquisas nas bases patrimoniais do Poder Judiciário, permitindo a busca por CPF e CNPJ de forma centralizada, em uma ferramenta única capaz de abreviar os trabalhos mecânicos e manuais, contribuindo para transparência, padronização na gestão das informações e celeridade processual.	5	Universidades Públicas e/ou seleção de Instituições Sub-Executoras	380.000,00
Parcerias com Universidades Públicas e/ou seleção de Instituições Sub-Executoras que atuarão no fortalecimento, em escala nacional, da restrição judicial, promovendo uma ferramenta centralizada, capaz de abreviar os trabalhos mecânicos e manuais, o que se deseja bloquear, realizando a transmissão de ordem de restrição judicial em todas as bases e inserindo as informações coligidas nos sistemas processuais empregados para a tramitação processual.	5	Universidades Públicas e/ou seleção de Instituições Sub-Executoras	380.000,00
Parcerias com Universidades Públicas e/ou seleção de Instituições Sub-Executoras que atuarão no desenvolvimento e apoio técnico de confecção de metodologias para integração do Sistema Eletrônico de Execução Unificado, BNMP e dos sistemas processuais dos Tribunais com a PDPJ, considerando parâmetros de atendimento da demanda dos usuários e de eficiência e de segurança dos sistemas	1	Universidades Públicas e/ou seleção de Instituições Sub-Executoras	350.000,00
Parcerias com Universidades Públicas e/ou seleção de Instituições Sub-Executoras que atuarão na formulação e apoio à definição metodológica de plano de ação para fortalecimento da integração e unificação de soluções no âmbito do Portal de Serviços do Poder Judiciário, incluindo portal de serviços para usuários externos com pelo menos dois serviços básicos: consulta processual e peticionamentos	1	Universidades Públicas e/ou seleção de Instituições Sub-Executoras	350.000,00

Parcerias com Universidades Públicas e/ou seleção de Instituições Sub-Executoras que atuarão no apoio à definição de estratégia de comunicação, com vistas a ampliar as estratégias de comunicação e divulgação das ferramentas disponibilizadas na PDPJ-Br com foco na usabilidade e no compartilhamento de soluções com órgãos do Poder Judiciário brasileiro e estrangeiros	1	Universidades Públicas e/ou seleção de Instituições Sub-Executoras	400.000,00
Parcerias com Universidades Públicas e/ou seleção de Instituições Sub-Executoras que atuarão na curadoria, tratamento e apoio na definição de fluxo de consumo e atualização das bases de dados para integrar o Data Lake do Poder Judiciário	2	Universidades Públicas e/ou seleção de Instituições Sub-Executoras	400.000,00
Parcerias com Universidades Públicas e/ou seleção de Instituições Sub-Executoras que atuarão na modelagem da estratégia de gerenciamento de atores partícipes da etapa de preparação para refatoração	4	Universidades Públicas e/ou seleção de Instituições Sub-Executoras	400.000,00
Parcerias com Universidades Públicas e/ou seleção de Instituições Sub-Executoras que atuarão na análise do mapeamento do atual status das infraestruturas dos sistemas priorizados	4	Universidades Públicas e/ou seleção de Instituições Sub-Executoras	390.500,00
Parcerias com Universidades Públicas e/ou seleção de Instituições Sub-Executoras que atuarão na realização de diagnóstico sobre taxa de congestionamento de execuções fiscais pendentes no Judiciário brasileiro, bem como das ferramentas de busca de ativos em uso e de integração de sistemas governamentais de pesquisa patrimonial e de bases de dados	5	Universidades Públicas e/ou seleção de Instituições Sub-Executoras	390.500,00
Parcerias com Universidades Públicas e/ou seleção de Instituições Sub-Executoras que atuarão na realização de diagnóstico da gestão de pessoal nas Varas com competência para cumprimento de sentença, execução fiscal e execução de forma a identificar o cenário para criação de soluções de tecnologia de forma efetiva	5	Universidades Públicas e/ou seleção de Instituições Sub-Executoras	390.500,00
Parcerias com Universidades Públicas e/ou seleção de Instituições Sub-Executoras que atuarão no levantamento de linguagem de fácil gestão de acervo em lote, que permitam integração com soluções tecnológicas das Procuradorias para subsidiar o desenvolvimento de desenvolver soluções tecnológicas previstas no projeto	5	Universidades Públicas e/ou seleção de Instituições Sub-Executoras	390.500,00
Parcerias com Universidades Públicas e/ou seleção de Instituições Sub-Executoras que atuarão na realização de mapeamento, em âmbito nacional e internacional, de boas práticas em uso de tecnologias disruptivas de cumprimento de sentença, execução fiscal e execução, em linha com as áreas prioritárias identificadas no diagnóstico	5	Universidades Públicas e/ou seleção de Instituições Sub-Executoras	390.050,00
Parcerias com Universidades Públicas e/ou seleção de Instituições Sub-Executoras que atuarão no mapeamento de estratégias de <i>fade out</i> de projetos de inovação tecnológica com vistas a propor metodologia a ser adotada pelo projeto, de forma a garantir a transferência integral dos conhecimentos/soluções desenvolvidas	5	Universidades Públicas e/ou seleção de Instituições Sub-Executoras	390.050,00
Parcerias com Universidades Públicas e/ou seleção de Instituições Sub-Executoras que atuarão no tratamento, limpeza, higienização e verificação de dados para apoiar o aprimoramento de sistemas em uso pelo Poder Judiciário, bem como o desenvolvimento de novos sistemas digitais	5	Universidades Públicas e/ou seleção de Instituições Sub-Executoras	382.173,67
Parcerias com Universidades Públicas e/ou seleção de Instituições Sub-Executoras que atuarão no desenvolvimento assessoria técnica à criação de soluções de inteligência artificial, em linha com as prioridades identificadas no diagnóstico	5	Universidades Públicas e/ou seleção de Instituições Sub-Executoras	380.000,00
Parcerias com Universidades Públicas e/ou seleção de Instituições Sub-Executoras que atuarão na formulação pedagógica de cursos, oficinas e imersões formativas voltadas para soluções de tecnologia desenvolvidas no âmbito do projeto	5	Universidades Públicas e/ou seleção de Instituições Sub-Executoras	380.000,00
Parcerias com Universidades Públicas e/ou seleção de Instituições Sub-Executoras para apoio ao estabelecimento de rede de parcerias para desenvolvimento tecnológico de ponta em benefício de tecnologias de cumprimento de sentença, execução fiscal e execução, por meio do mapeamento de agentes e fóruns nacionais e internacionais prioritários para a inserção do projeto.	5	Universidades Públicas e/ou seleção de Instituições Sub-Executoras	380.000,00
TOTAL			12.301.442,72

Serviços de Pessoa Jurídica				
Natureza da Consultoria	Produto do projeto	Período previsto para a duração do contrato	Valor estimado dos serviços, por contrato	TOTAL (USD)
Realizar avaliação de progresso e resultados quanto à estrutura de governança, o efetivo cumprimento dos cronogramas do Pje/PDPJ-Br e as metas e indicadores relacionados aos resultados da política frente aos ganhos de celeridade, acessibilidade, usabilidade e economicidade	1	365 dias	680.000,00	680.000,00

Diagnóstico e proposta de alterações arquiteturas na estrutura do sistema PJe, de modo a permitir sua posterior quebra em uma plataforma de microsserviços, permitindo assim seu consumo pelos tribunais e instituições externas, por meio de serviços próprios ou aplicativos móveis	1	365 dias	300.000,00	300.000,00
Desenvolver e apoiar tecnicamente as metodologias para integração do Sistema Eletrônico de Execução Penal e dos sistemas processuais dos e tribunais com a PDPJ.	1	365 dias	300.000,00	300.000,00
Desenvolver e apoiar tecnicamente planos de ação para fortalecimento da integração e unificação de soluções no âmbito do Portal de Serviços do Poder Judiciário, incluindo portal de serviços para usuários externos com pelo menos dois serviços básicos: consulta processual e petições	1	365 dias	300.000,00	300.000,00
Desenvolver e apoiar tecnicamente de plano de ação para fortalecimento da integração e unificação de soluções no âmbito do Portal de Serviços do Poder Judiciário, incluindo gabinete do juiz	1	365 dias	300.615,96	300.615,96
Realizar ações de integração de tribunais com o Codex, a partir de critérios a serem definidos por norma do CNJ	1	365 dias	619.000,00	619.000,00
Realização de ações de fortalecimento de capacidades estratégicas para integração total de tribunais a um novo modelo de consulta processual e envio de petições iniciais e intermediárias, por meio da utilização dos serviços estruturantes da PDPJ-Br e comunicação assíncrona, aprimorando o vigente modelo nacional de interoperabilidade (MNI)	1	365 dias	550.966,86	550.966,86
Desenvolver ações de comunicação, com vistas a ampliar as estratégias de divulgação das ferramentas disponibilizadas na PDPJ-Br com foco na usabilidade e no compartilhamento de soluções com órgãos do Poder Judiciário brasileiro e estrangeiros.	1	365 dias	655.272,00	655.272,00
Diagnóstico do atual <i>status</i> do uso e consolidação das ferramentas do PJe/PDPJ-Br	2	365 dias	619.000,00	619.000,00
Desenvolvimento de serviços e soluções que contribuam para a expansão e consolidação do PJe/PDPJ-Br	2	365 dias	550.966,86	550.966,86
Diagnóstico de bases de dados e sistemas integrantes à PDPJ e outros sistemas com vistas ao apoio à implantação do do Data Lake do Poder Judiciário	2	365 dias	655.272,00	655.272,00
Desenvolvimento de serviços técnicos de apoio à implantação Data Lake do Poder Judiciário	2	365 dias	450.000,00	450.000,00
Desenvolver relatórios de registro e acompanhamento das atividades do projeto com vistas a subsidiar o relatório do âmbito do comitê técnico, responsável por compilar os resultados de acompanhamento do projeto	3	365 dias	450.000,00	450.000,00
Desenvolver instrumentos de gestão do conhecimento no âmbito da gestão do projeto	3	365 dias	509.249,68	509.249,68
Desenvolvimento de serviços técnicos de apoio ao desenvolvimento de plano de ação para aprimoramento das medidas para promoção da segurança cibernética no âmbito da transformação digital do Poder Judiciário	4	365 dias	509.249,68	509.249,68
Diagnóstico e avaliação da usabilidade dos serviços e ferramentas digitais em andamento e de formação/fortalecimento de capacidades voltadas à transferência de conhecimentos e sustentabilidade das ferramentas e metodologias de segurança cibernética desenvolvidas com apoio do projeto	4	365 dias	490.000,00	490.000,00
Desenvolvimento de serviços técnicos de apoio ao aprimoramento da segurança cibernética, por meio de ações da produção de ferramentas digitais específicas, bem como da formação/fortalecimento de capacidades voltadas à transferência de conhecimentos e sustentabilidade das ferramentas e metodologias de segurança cibernética desenvolvidas com apoio do projeto	4	365 dias	450.000,00	450.000,00
Aprimoramento das medidas para promoção da segurança cibernética no âmbito dos tribunais do Poder Judiciário, em linha com os resultados do diagnóstico	4	365 dias	450.000,00	450.000,00
Desenvolvimento da estratégia de disseminação do processo de refatoração dos sistemas digitais do Poder Judiciário	4	365 dias	420.000,00	420.000,00
Preparo dos Sistemas Judiciais com os Tribunais brasileiros, para a realização do processo de refatoração e avaliação dos resultados	4	365 dias	310.000,00	310.000,00
Desenvolvimento de soluções tecnológicas que ampliem o grau de aderência de sistemas ao MoReq-Jus, bem como permitam apoiar a evolução gradual e não compulsória de ferramentas digitais empregadas em processos que contêm fluxos de execução forçada.	5	365 dias	320.000,00	320.000,00
Desenvolvimento de soluções técnicas focadas no aprimoramento dos procedimentos executórios e, em particular, da execução fiscal, a serem compiladas na forma de microsserviços, em observância à Resolução 335/2020, mediante o desmembramento em módulos e submódulos dos sistemas digitais legados, tornando-os mais autônomos e interdependentes	5	365 dias	320.000,00	320.000,00
Desenvolvimento de testes e avaliações dos módulos desenvolvidos nos demais serviços a serem contratados, com vistas a garantir a plena aplicação dos processos incrementais de desenvolvimento de software por meio do uso de métodos ágeis	5	365 dias	640.000,00	640.000,00
Aplicação de uma estratégia de difusão, capacitação e sustentabilidade, a ser proposta por meio de parceria junto a Universidades Públicas e/ou seleção de instituição Sub-Executora, para consolidação nacional dos sistemas e ferramentas desenvolvidos.	5	365 dias	600.000,00	600.000,00
Apoio à implantação de estratégia de automação de sistemas, bem como para a criação de novos sistemas e gestão dos dados resultantes para subsidiar as ferramentas de tecnologia de execução, em especial de executivos fiscais, com foco na adesão ao conceito de Justiça 4.0.	5	365 dias	320.001,00	320.001,00
Apoio ao desenvolvimento de ações e programas que visam o uso colaborativo de produtos e de novas tecnologias de automatização e inteligência artificial na gestão administrativa e de dados processuais do Poder Judiciário brasileiro.	5	365 dias	320.002,00	320.002,00

Desenvolvimento de ferramenta de automatização de pesquisas nas bases patrimoniais do Poder Judiciário, permitindo a busca por CPF e CNPJ de forma centralizada, em uma ferramenta única capaz de abreviar os trabalhos mecânicos e manuais, contribuindo para transparência, padronização na gestão das informações e celeridade processual.	5	365 dias	640.000,00	640.000,00
Desenvolvimento de ferramenta voltada para a abreviação de trabalhos mecânicos e manuais por meio da automação de transmissão de ordem de restrição judicial em todas as bases e inserindo as informações coligidas nos sistemas processuais empregados para a tramitação processual.	5	365 dias	640.000,00	640.000,00
Desenvolvimento de soluções de inteligência artificial para a automação procedimental em linha com as prioridades identificadas nos diagnósticos realizados.	5	365 dias	460.646,07	460.646,07
Desenvolver e apoiar estratégia para inovação e fortalecimento do uso de tecnologias de cumprimento de sentença, execução fiscal e execução, a partir das boas práticas mapeadas e do diagnóstico realizado	5	365 dias	600.000,00	600.000,00
Apoiar tecnicamente a implantação de novas soluções desenvolvidas, em articulação com os sistemas processuais eletrônicos e no PJe-Nacional e PDPJ-Br, com transferência integral dos conhecimentos/soluções desenvolvidas	5	365 dias	450.000,00	450.000,00
Desenvolver sistemas prioritários, com base em metodologia confeccionada por meio de parceria, para efetiva automação e tratamento de dados com foco em ganhos de eficiência e efetividade do Judiciário	5	365 dias	640.000,00	640.000,00
Realizar ações de formação para as soluções de tecnologia desenvolvidas no âmbito do projeto	5	365 dias	542.672,29	542.672,29
Apoiar a implantação de rede de parcerias para desenvolvimento tecnológico de ponta em benefício de tecnologias de cumprimento de sentença, execução fiscal e execução	5	365 dias	640.000,00	640.000,00
Realizar assessoria técnica de implantação de plano de sustentabilidade dos novos sistemas e ferramentas fortalecidos/desenvolvidos com apoio do projeto	5	365 dias	640.000,00	640.000,00
Desenvolver soluções tecnológicas, em linguagem de fácil gestão de acervo em lote, que permitam integração com soluções tecnológicas das Procuradorias.	5	365 dias	600.000,00	600.000,00
Desenvolver solução tecnológica de monitoramento da evolução dos sistemas em produção para consumo de público técnico e não técnico, com intuito de confeccionar de BI para apoiar a gestão estratégica do projeto	5	365 dias	509.249,68	509.249,68
TOTAL				18.452.164,09

CONSULTORES PRODUTO					
Natureza da Consultoria	Produto do projeto	Quantidade de consultores	Período previsto para a duração do contrato	Valor total estimado dos serviços, por consultor (USD)	TOTAL (USD)
Desenvolver estratégia de disseminação da PDPJ-Br para os Tribunais brasileiros e entregar relatórios correspondentes sobre atividades realizadas e lições aprendidas	1	13	Máximo de 12 meses	41.250,00	536.250,00
Desenvolvimento de aplicações para desenvolvimento de produtos/subsídios relativos à política de gestão de processos judiciais que integrará a todos os tribunais do país no contexto do Programa Justiça 4.0.	1	15	Máximo de 12 meses	40.000,00	600.000,00
Desenvolvimento de metodologias, soluções e ferramentas que compõem o PJe/PDPJ-BR	1	15	Máximo de 12 meses	45.000,00	675.000,00
Apoio ao planejamento de estratégia de integração total de tribunais com o Codex, a partir de critérios a serem definidos por norma do CNJ	1	15	Máximo de 12 meses	45.000,00	675.000,00
Desenvolvimento de metodologia para o apoio à definição de estratégias para integração de tribunais ao novo modelo de consulta processual e envio de petições iniciais e intermediárias, por meio da utilização dos serviços estruturantes da PDPJ-Br	1	15	Máximo de 12 meses	40.000,00	600.000,00
Desenvolvimento de proposta de alterações arquiteturais na estrutura do sistema PJe, de modo a permitir sua posterior quebra em uma plataforma de microsserviços	1	15	Máximo de 12 meses	40.000,00	600.000,00
Desenvolver proposta de metodologias para integração do Sistema Eletrônico de Execução Penal, BNMP e dos sistemas processuais dos tribunais com a PDPJ.	1	13	Máximo de 12 meses	40.000,00	520.000,00
Desenvolvimento de plano de ação para fortalecimento da integração e unificação de soluções no âmbito do Portal de Serviços do Poder Judiciário, incluindo portal de serviços para usuários externos com pelo menos dois serviços básicos: consulta processual e peticionamentos	1	15	Máximo de 12 meses	45.000,00	675.000,00
Desenvolver e apoiar tecnicamente a implantação de plano de ação para fortalecimento da integração e unificação de soluções no âmbito do Portal de Serviços do Poder Judiciário, incluindo gabinete do juiz	1	12	Máximo de 12 meses	42.250,00	507.000,00
Realizar assessoria técnica ao planejamento, implementação e acompanhamento de ações de desenvolvimento de sistemas previstas no Eixo 1 e 2 e garantir que as experiências de usuário estejam alinhadas aos requisitos funcionais e aos objetivos de negócio	1 e 2	15	Máximo de 12 meses	40.000,00	600.000,00
Desenvolvimento e entrega de fluxos, bem como levantamento de especificação de requisitos funcionais e não funcionais de ferramentas de tecnologia para implementação dos Eixos 1 e 2 do projeto	1 e 2	15	Máximo de 12 meses	42.500,00	637.500,00
Testagem das ferramentas desenvolvidas no âmbito do Programa Justiça 4.0 e suporte técnico às atividades de desenvolvimento e homologação das ferramentas e sistemas na Plataforma Digital do Poder Judiciário.	1 e 2	15	Máximo de 12 meses	45.000,00	675.000,00
Planejar, conduzir estudos e pesquisas, prototipar e realizar testes a fim de projetar experiências de uso adequadas para as soluções previstas no Eixo 2 do Projeto	2	10	Máximo de 12 meses	46.625,13	466.251,33

Projetar interfaces gráficas de usuário adequadas às experiências de usuário definidas, garantindo sua aderência aos requisitos funcionais, às boas práticas de usabilidade e à identidade visual definida para as soluções	2	15	Máximo de 12 meses	42.250,00	633.750,00
Desenvolver método de avaliação de estratégia de fortalecimento de Data Lake do Poder Judiciário	2	15	Máximo de 12 meses	33.837,57	507.563,55
Realizar levantamento e análise de modelos de consulta processual e envio de petições iniciais e intermediárias, por meio da utilização dos serviços digitais, incluindo e comunicação assíncrona, que apoiem o aprimoramento do modelo nacional de interoperabilidade vigente	3	15	Máximo de 12 meses	45.000,00	675.000,00
Realizar diagnóstico/análise do progresso da implementação da Resolução CNJ 396/2021	4	15	Máximo de 12 meses	40.000,00	600.000,00
Realizar Diagnóstico do estágio da utilização dos sistemas digitais nos Tribunais brasileiros, com entrega de relatórios correspondentes sobre atividades realizadas e lições aprendidas ao longo do projeto	5	15	Máximo de 12 meses	40.000,00	600.000,00
Desenvolvimento da estratégia de mapeamento do processo de refatoração dos sistemas digitais do Poder Judiciário	5	15	Máximo de 12 meses	43.384,05	650.760,77
Realizar levantamento de metodologias utilizadas para integração de sistema eletrônico de execução, sistemas processuais de tribunais, buscando identificar os parâmetros de atendimento da demanda dos usuários e de eficiência e de segurança dos sistemas	1	10	Máximo de 12 meses	33.700,54	337.005,38
Realizar acompanhamento de planos de ação para fortalecimento da integração e unificação de soluções no âmbito do Portal de Serviços do Poder Judiciário, incluindo portal de serviços para usuários externos com pelo menos dois serviços básicos: consulta processual e peticionamentos	1	15	Máximo de 12 meses	42.250,00	633.750,00
Apoio no desenvolvimento de peça de comunicação e divulgação das ferramentas disponibilizadas pela PDPJ-Br com foco na usabilidade e no compartilhamento de soluções com órgãos do Poder Judiciário brasileiro e estrangeiros.	1	15	Máximo de 12 meses	33.837,57	507.563,55
Realizar levantamento de modelos de dados utilizados data lakes voltados à gestão de informações jurídicas e do judiciário com intuito de subsidiar o data lake previsto para ser implantado pelo projeto	2	15	Máximo de 12 meses	45.000,00	675.000,00
Realizar diagnóstico do estágio da utilização dos sistemas digitais do Poder Judiciário, com base em levantamentos e sistematização de uso pelos tribunais	4	15	Máximo de 12 meses	40.000,00	600.000,00
Realizar diagnóstico do atual status das infraestruturas de suporte aos sistemas com base em mapeamento prévio	4	15	Máximo de 12 meses	40.000,00	600.000,00
Realizar análise comparativa e estudo de alternativas aos gargalos nas taxas de congestionamento de execuções fiscais pendentes no Judiciário brasileiro, bem como das ferramentas de busca de ativos em uso e de integração de sistemas governamentais de pesquisa patrimonial e de bases de dados, incluindo dados das Juntas Comerciais e Registro Civil de Pessoas Naturais, com base em diagnóstico prévio.	5	15	Máximo de 12 meses	43.384,05	650.760,77
Realizar levantamento de boas práticas sobre estratégia para inovação e fortalecimento do uso de tecnologias de cumprimento de sentença, execução fiscal e execução, a partir das boas práticas mapeadas e do diagnóstico realizado	5	15	Máximo de 12 meses	40.000,00	600.000,00
Desenvolvimento de pesquisa qualitativa relativa à transferência dos conhecimentos/soluções desenvolvidas por meio do projeto, com avaliação por parte dos gestores, áreas técnicas e usuários dos tribunais.	5	15	Máximo de 12 meses	40.000,00	600.000,00
Realização de levantamento de melhores práticas para compor estudo de caso de projeto de automação e tratamento de dados com foco em ganhos de eficiência e efetividade do Judiciário	5	15	Máximo de 12 meses	43.384,05	650.760,77
Desenvolvimento de pesquisa qualitativa relativa à implantação de soluções de inteligência artificial, em linha com as prioridades identificadas no diagnóstico	5	15	Máximo de 12 meses	40.000,00	600.000,00
Desenvolvimento de pesquisa qualitativa sobre as ações de formação para implantação das soluções de tecnologia desenvolvidas no âmbito do projeto e sua apropriação por parte de gestores, técnicos e usuários dos tribunais.	5	15	Máximo de 12 meses	43.384,05	650.760,77
Realização de avaliação sobre a implantação de plano de sustentabilidade dos novos sistemas e ferramentas fortalecidos/desenvolvidos com apoio do projeto	5	15	Máximo de 12 meses	40.000,00	600.000,00
Realização de estudo sobre a gestão de pessoal nas Varas com competência para cumprimento de sentença, execução fiscal e execução de forma a identificar o cenário para implantação de soluções de tecnologia de forma efetiva	5	15	Máximo de 12 meses	43.384,05	650.760,77
Realização de diagnóstico das linguagens das soluções tecnológicas implantadas, com vistas a analisar a capacidade de gestão de acervo em lote e sua integração com soluções tecnológicas das Procuradorias.	5	15	Máximo de 12 meses	40.000,00	600.000,00
Desenvolvimento de relatório técnico contendo a sistematização de lições aprendidas no desenvolvimento do projeto, incluindo sugestões de melhores práticas a serem adotadas pela gestão.	5	15	Máximo de 12 meses	43.384,05	650.760,77
TOTAL					21.041.198,45



MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

Ofício nº 09025.001987/2023-71

Brasília, 21 de novembro de 2023

De: ABC (Agência Brasileira de Cooperação)

Para: Diversos Brasil

Destinatário:

Ao Senhor
CLAUDIO PROVIDAS
Representante-residente
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

Senhor Representante-residente,

Faço referência a proposta de Revisão Substantiva do projeto ? "Aprimoramento da eficiência, da efetividade e da transparência do sistema Processo Judicial Eletrônico ? PJe" (BRA/20/003), sob responsabilidade do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). A esse respeito informo que a proposta em apreço foi analisada pela área técnica desta Agência, que concluiu pela sua adequação aos requisitos técnicos e normativos aplicáveis a projetos de cooperação técnica internacional no Brasil.

2. Nesse sentido, muito agradeceria receber manifestação do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) sobre o assunto.

Atenciosamente,

Luiza Lopes da Silva
Embaixadora
Diretora, Substituta, da Agência Brasileira de Cooperação
Ministério das Relações Exteriores

Este documento pode ser certificado pelo endereço:

<https://certificador.itamaraty.gov.br/validador?hash=3c2be91360d2b953d04e4b89d84fc164884870eb>

Para responder esta mensagem, favor enviar e-mail para o endereço: **abc@itamaraty.gov.br**

Documento assinado eletronicamente por **Andréia Cristina Nogueira Rigueira**, em 21/11/2023, às 19:23

Este documento pode ser certificado pelo endereço:

<https://certificador.itamaraty.gov.br/validador?hash=3c2be91360d2b953d04e4b89d84fc164884870eb>

Para responder esta mensagem, favor enviar e-mail para o endereço: **abc@itamaraty.gov.br**

Destinatários deste Ofício

Diversos Brasil registry.br@undp.org

Este documento pode ser certificado pelo endereço:

<https://certificador.itamaraty.gov.br/validador?hash=3c2be91360d2b953d04e4b89d84fc164884870eb>

Para responder esta mensagem, favor enviar e-mail para o endereço: **abc@itamaraty.gov.br**